



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 719 - DE 16 A 27 DE JULHO DE 2024 - R\$ 5,00



35 anos do Partido Operário Revolucionário sob o programa e a estratégia do internacionalismo proletário

Avança a barbárie capitalista

Emerge da crise mundial o

programa da revolução social

**Reerguer o movimento de massa anti-imperialista
e de defesa das nações oprimidas**

Lançamento do livro:

**“INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
GUERRAS NA UCRÂNIA E NA FAIXA DE GAZA”**

VIVA A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL



Estados Unidos e a OTAN avançam a guerra contra a Rússia

Na Cúpula dos 75 anos da OTAN, foram anunciadas medidas de guerra contra a Rússia, em nome do direito da Ucrânia de se incorporar na União Europeia e no pacto militar do Atlântico Norte. A guerra se tornou inevitável precisamente pelo fato de a incorporação da Ucrânia às forças do Ocidente imperialista resultar em avanço do cerco econômico e militar à Rússia.

O processo de restauração capitalista e a desintegração da URSS impulsionaram profundos choques na Eurásia que se achavam latentes e abriram caminho para a penetração das forças econômicas do imperialismo. Entre as ex-repúblicas soviéticas que foram atraídas e arrastadas pelos EUA e União Europeia, a Ucrânia emergiu como a mais estratégica. Vincular-se-ia ao Leste Europeu restaurado e serviria de instrumento de isolamento e cerco à Rússia que saiu enfraquecida do desmoronamento da URSS.

Afloraram-se em toda parte as raízes da opressão nacional que não puderam ser erradicadas nos marcos da URSS, uma vez que dependiam da revolução mundial e em particular do avanço do socialismo na Europa. Qualquer que fosse o caminho da restauração levaria a Rússia a exercer a opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas. Esse processo, no entanto, avançou nas condições da decomposição do capitalismo, retomada, décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. O imperialismo, chefiado pelos EUA, necessita tanto quanto a Rússia, ou ainda mais, controlar as ex-repúblicas. Esse era e é o caminho para submeter a própria Rússia e passar a controlar a Eurásia. A estratégia das potências de liquidar a URSS pressupunha incorporar a Rússia na ordem mundial como uma república burguesa vassala.

A criação da OTAN, em 4 de abril de 1949, tinha por objetivo uma guerra com a URSS. Esse foi o fundamento da doutrina imperialista da “Guerra Fria” lançada pelo presidente norte-americano Henry Truman. A Europa Ocidental arruinada foi reconstruída sob a intervenção dos Estados Unidos que se ergueram como potência hegemônica. Tratava-se de barrar o avanço das revoluções e erguer fortalezas para quebrar a influência da URSS que saiu fortalecida da Segunda Guerra Mundial, contando com uma grande influência no Leste Europeu e em certa medida nos Balcãs.

As contrarrevoluções restauracionistas, principalmente na Polônia, abriram caminho à OTAN. Acirrou-se o cerco à URSS, que finalmente caiu em dezembro de 1991, sob a condução restauracionista do PCUS estalinizado, que se fracionou e deu curso à restauração das relações capitalistas de produção. Não foi preciso a conflagração de uma guerra que seria protagonizada pela OTAN. A orientação inicial do imperialismo foi a de estabelecer um período de inserção de suas forças econômicas no território da ex-URSS e de subordinação da Rússia, que saiu do processo de restauração como uma potência regional, cuja capacidade militar da URSS se avultou na Segunda

Guerra, ao ponto de criar em maio de 1955 a Organização do Tratado de Varsóvia (OTV), contraposta à OTAN. O fim da “Guerra Fria” pressupunha não apenas a interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, como também a vassalagem econômica das ex-repúblicas soviéticas, em especial da Rússia, seguindo o curso percorrido pelo Leste Europeu.

A OTAN foi preservada como braço armado dos Estados Unidos na Europa e a OTV se dissolveu antes mesmo da derrocada da URSS. O resultado desse processo histórico foi que a OTAN, de 12 países fundadores, chegou a 32 membros com os recentes ingressos da Finlândia e Suécia em meio à guerra na Ucrânia. Os 75 anos da OTAN encarnam as mais profundas tendências bélicas alimentadas pelo imperialismo, tendo os Estados Unidos como carro-chefe.

A classe operária mundial e, em particular, a norte-americana e europeia, tem diante de si a tarefa de levantar a bandeira de dissolução da OTAN como parte da luta anti-imperialista e da estratégia programática da revolução social. Trata-se tão somente de uma organização militar comandada pelos monopólios, pelo capital financeiro e pela indústria bélica - uma organização tão ampla e com capacidade de provocar uma catástrofe muito superior à das duas guerras mundiais. Um perigo que não tem paralelo na história.

Caso sejam cumpridas as novas medidas de armamento da Ucrânia, a guerra tomará um novo curso, que é o do envolvimento direto da aliança imperialista e, portanto, da OTAN. Os caças F-16, o sistema de defesa aérea Patriot, os mísseis de longo alcance, a nova base de lançamento de mísseis na Alemanha e o reforço de defesa na Polônia formam um conjunto voltado a uma guerra de dimensão muito superior a que se circunscreve há dois anos e cinco meses na Ucrânia.

As potências aproveitaram o Cúpula de Washington para acusar a China de trapacear enviando materiais que servem à indústria militar da Rússia. Essa sinalização tem por objetivo indicar que se prepara uma contraofensiva altamente potenciada e capaz de causar grandes estragos às forças russas. Assim, caberia à China apenas assistir à escalada bélica na Europa contra a Rússia, que amanhã se voltará para a Ásia Oriental. A OTAN, ou seja, os Estados Unidos estão, de fato, com as armas voltadas contra a Rússia e a China, que não têm alternativa senão fortalecer sua aliança. As movimentações de ambos os lados evidenciam os preparativos para uma confrontação que pode provocar uma terceira guerra, como denunciou o embaixador russo em Washington. É nesse marco que se coloca a luta de classes e a necessidade de a vanguarda classista combater pelo fim da guerra com o programa da revolução social e com a bandeira de paz sem anexação. Faz parte desse enfrentamento a defesa da autodeterminação do povo palestino e fim do genocídio na Faixa de Gaza.

A reforma tributária não passa de um jogo entre frações do capital

A crise prosseguirá e continuará a ser descarregada sobre os explorados

Por 336 votos a favor, 142 contrários e 2 abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou a regulamentação da reforma tributária. Agora, volta ao Senado para confirmação definitiva. Houve um grande acordo, sob a direção do governo Lula e orientação do ministro da Fazenda Haddad, de que, apesar de todas as diferenças e dificuldades, a aprovação da reforma tributária significou um avanço, por sua simplificação e desburocratização.

O Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) acaba com o emaranhado de impostos federais, estaduais e municipais. Não se conseguiu um consenso de um IVA que não fosse bipartido em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o primeiro federal e o segundo estadual e municipal.

Agora, na regulamentação, afloraram no segundo momento as divergências e se fez a acomodação de interesses. Que setores e produtos seriam taxados integralmente, parcialmente ou desonerados. E qual o teto da alíquota, já que o princípio da reforma tributária foi o de não haver aumento de impostos. Sendo assim, haveria uma redistribuição da carga tributária. Nenhum setor queria arcar com o maior peso. E determinados setores pretendiam se aliviar. A ideia geral era a de a indústria ser a menos taxada. Mas, a depender do setor, haveria diferenciações, por exemplo se o produto fosse de primeira necessidade ou não. O setor de serviços em geral se achou atingido, mas há exceções. No chamado “imposto do pecado” foi enquadrado o Imposto Seletivo, como é o caso de poluentes ou nocivos à saúde (carvão mineral etc.). Assim, se fixaram a lista dos produtos e setores e o teto da alíquota média de 26,5%.

Assistimos, finalmente, à corrida dos oposicionistas, tendo à frente o PL bolsonarista, e atrás os governistas em torno à desoneração de produtos da cesta básica. No caso, a carne. Um espetáculo vergonho dos capitalistas, oposicionistas e governistas se dizendo favoráveis à desoneração do produto que favorecesse os mais pobres. E a picanha, salmão, caviar etc., não seria desonerar os ricos? Finalmente, o relator, deputado Reginaldo Lopes, do PT, decidiu incluir as carnes, peixes etc. na cesta básica.

A oposição reivindicou a concessão como uma vitória; e os governistas aclamaram como sua vitória. Assim, os pobres e miseráveis estavam sendo contemplados na reforma tributária, agora regulamentada depois de a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Reforma Tributária ter sido aprovada no final de 2023.

Os pobres ficarão ao aguardo de um tal de “cashback”, que regulamenta a devolução de parte do imposto pago pelos pobres aos produtos da cesta básica. A família cadastrada pagará menos imposto, segundo o “cashback”. Na realidade, os capitalistas que se livraram da carga mais pesada de impostos terão seus lucros avultados. Os pobres e miseráveis continuarão a passar necessidades e até mesmo fome.

A reforma tributária resultou de uma reorganização do sistema de arrecadação interna ao capital e de acordo com a administração do Estado burguês. Cada um dos partidos e dos politikeiros aproveitou a finalização da regulamentação para se autopromoverem como defensores dos pobres. Todos procuraram ocultar os interesses da classe capitalista. Mas, ficou visível a força das frações oligárquicas que “puxaram a sardinha” cada uma para o seu lado. Coube aos politikeiros do governo e do Congresso Nacional acertar os ponteiros. Com a carne sendo incluída na isenção da cesta básica, o governo e a oposição se disseram felizes.

Por baixo da crosta da reforma tributária, está o vulcão da dívida pública. O seu crescimento vai se aproximando dos 100% do PIB. Sob o governo Lula, cresceu 4,3%, alcançando os 76% do PIB. O parasitismo financeiro se tornou uma poderosa trava ao desenvolvimento das forças produtivas internas, que se ressentem das tendências mundiais de baixo crescimento e estagnação.

A reforma tributária não interromperá a marcha da crise econômica e social. A massa monetária que o Estado arrecada como tributo é uma parte da riqueza produzida pelos assalariados e pequenos produtores familiares. As massas, no entanto, ficam relativamente mais pobres diante da concentração de riqueza em poder da minoria capitalista.

A classe operária tem seu programa de reivindicação próprio. Não depende de impostos e cashback. O seu ponto de partida está na luta pelo salário mínimo real, calculado segundo as necessidades da família trabalhadora, pelo emprego a todos, pela redução da jornada de trabalho sem a redução salarial, pela estabilidade no trabalho e pela correção automática dos salários diante da inflação. Está posto o combate pelo fim da reforma trabalhista e previdenciária. Para impulsionar as forças produtivas, cancelar a dívida pública e eliminar o brutal montante de juros pagos pela União.

Essa é a respostas que os sindicatos têm de dar diante da farsa de que a reforma tributária servirá tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores. Esse é o verdadeiro caminho de defesa da vida da maioria oprimida.

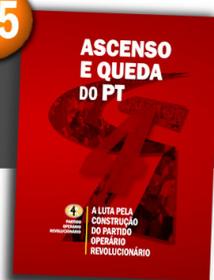
Assistimos, finalmente, à corrida dos oposicionistas, tendo à frente o PL bolsonarista, e atrás os governistas em torno à desoneração de produtos da cesta básica. No caso, a carne. Um espetáculo vergonho dos capitalistas, oposicionistas e governistas se dizendo favoráveis à desoneração do produto que favorecesse os mais pobres. E a picanha, salmão, caviar etc., não seria desonerar os ricos?

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Governo Lula e a hipocrisia ambiental

O Brasil registrou 13.489 focos de incêndio na Amazônia no primeiro semestre, o pior número em duas décadas e um aumento de 61% em comparação com o ano passado, segundo dados do INPE. Também se destacou o elevado número de focos de incêndio no Pantanal (3.538 desde janeiro), uma das maiores áreas úmidas do mundo. Esse número representa um aumento de 2.018%. A situação se torna mais alarmante quando se observa que o pico de incêndios costuma ser em setembro, época de secas.

Esses números, entre outros tantos relacionados à questão ambiental, colocam o governo burguês de frente ampla de Lula em xeque, já que uma de suas promessas de campanha era superar a ampla devastação dos biomas brasileiros do governo Bolsonaro. Tratava-se, no entanto, de uma campanha ideológica, suficiente para angariar os votos para superar Bolsonaro nas eleições, sem necessariamente um compromisso com a realidade dos fatos. A hipocrisia já ficou clara quando realizou uma reforma ministerial que esvaziou o Ministério dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente, em maio de 2023, onde, por exemplo, a demarcação de terras saiu desse primeiro ministério para ir para o da Justiça.

Não é possível superar a destruição da natureza no capitalismo. A fase imperialista avançada, de crise profunda, de rebaixamento da taxa média de lucro dos grandes monopólios, coloca a necessidade do capital financeiro avançar sobre os recursos naturais e áreas para plantio e pastagens de gado. As áreas de proteção ambiental, região amazônica, Pantanal e outras, se tornam objeto de desejo dos capitalistas do chamado agronegócio. Ainda que se possa dizer que a crise ambiental mais geral (que também é responsabilidade da ação do capital) está na base das secas fora de época e de parte das queimadas, não é menos verdade que o capital se utiliza do método das queimadas para limpar vastas áreas para servirem aos seus interesses imediatos.

Não é possível superar a destruição da natureza no capitalismo. A fase imperialista avançada, de crise profunda, de rebaixamento da taxa média de lucro dos grandes monopólios, coloca a necessidade do capital financeiro avançar sobre os recursos naturais e áreas para plantio e pastagens de gado.



Lula assumiu a presidência em 2023 presenteando, pouco depois, os grandes latifundiários e capitalistas do agro com o maior Plano Safra da história até então (R\$ 364 bi). No começo desse mês, fez o anúncio do Plano Safra 2024/25 de R\$ 400 bilhões, com mais R\$ 108 bilhões em títulos da dívida. É emblemática a imagem de lançamento do Plano com as figuras de camponeses pobres, quando de fato trata-se de um amplo financiamento a baixos juros para

os grandes capitalistas do agronegócio. Certamente, uma pequena parte desses valores será oferecida em linhas de crédito para pequenos e médios produtores.

No lançamento, o governo falou em sustentabilidade, crescimento etc., mas, como se vê, os amplos recursos não são suficientes para parar a sanha capitalista por territórios e fontes de matérias primas. Nesse contexto, também se insere o Marco Temporal, que só teve alguns pontos críticos vetados por Lula, mantendo sua essência de ataque aos povos indígenas e favorecimento do agronegócio.

É fundamental compreender que parte considerável dessa produção é destinada para a exportação. A China, que tem protagonizado um duro embate com os EUA numa guerra comercial, se tornou, desde 2013, o principal destino das exportações brasileiras referentes ao agro. Em 2000 eram 2,73% das exportações, em 2023, 36,1% o maior patamar já registrado. Na contrapartida de um negócio tão lucrativo para o Brasil, está a penetração do capital chinês em diversas áreas, principalmente na infraestrutura. A título de comparação, a Europa recebe 13% das exportações ligadas ao agro brasileiro. Aí está a essência dos monumentais investimentos do governo - a exportação. Isso num país onde mais de um terço da população passa fome, reconhecida pelos porta-vozes da burguesia como "insegurança alimentar".

A hipocrisia do governo Lula em relação à questão ambiental não para por aí. No início de julho a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com pedido na justiça contra a greve dos servidores do ICMBio, do IBAMA e do Serviço Florestal Brasileiro, que estavam em greve total desde o dia 1º e em greve parcial desde o começo do ano. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) atendeu ao pedido e decretou multa de 200 mil reais por dia ao sindicato, caso a greve fosse mantida. Depois dessa decisão, os trabalhadores decidiram encerrar a greve. Na prática, o governo burguês de Lula atuou contra a greve dos servidores ambientais que exigiam melhores condições de trabalho, segurança e equiparação salarial com outras carreiras semelhantes. Como se sabe, esses órgãos foram duramente atacados e dilapidados no governo Bolsonaro. Trata-se de mais um ataque flagrante de Lula e do Judiciário brasileiro contra o direito de greve. Cabe lembrar que há poucos dias o governo também atuou contra a greve dos servidores federais das universidades. Como se vê, as promessas de Lula sobre as questões ambientais não incluem as condições de trabalho daqueles que, entre outras coisas, são responsáveis por fiscalizar as ações de grileiros, madeireiros, garimpeiros e desmatadores que agem sob a determinação da burguesia extrativista e latifundiária.

Os trabalhadores brasileiros estão diante da monumental tarefa de superar as ilusões plantadas pelo governo burguês de frente ampla, ao mesmo tempo em que combatem as tendências fascistas que são tão destrutivas para a natureza quanto o nacional-reformismo e sua coalizão de frente ampla. Ambas as tendências políticas são subordinadas ao grande capital internacional, variando apenas em grau na quantidade de migalhas que deixa cair da mesa aos pobres e miseráveis. Não existe solução para a degradação da natureza sob a direção de qualquer fração da burguesia, seja nacional ou internacional.

É preciso que os explorados tomem a tarefa de proteção ambiental como parte do programa da revolução proletária, como resultado da tarefa de expropriação da burguesia, o que deve levar necessariamente a uma economia planificada e controlada pela classe operária, pelo campesinato e demais trabalhadores. A tarefa imediata está em desmascarar esse governo através da luta pelas reivindicações mais elementares que são constantemente negadas por ele, como a revogação das malditas reformas dos governos Temer e Bolsonaro, que destroem as condições de trabalho e os salários, bem como pela defesa da greve dos servidores dos órgãos ambientais, com o atendimento integral de suas reivindicações.

Sobre a descriminalização da maconha

Tardiamente, Lula decidiu que se oporá à PEC das Drogas, que passou no Senado e aguarda a decisão da Câmara dos Deputados. Mas, o governo e o PT aguardaram o resultado do Supremo Tribunal Federal (STF), que aprovou a descriminalização do porte da maconha para uso pessoal. Essa posição contrariou a fração parlamentar obscurantista do Congresso Nacional. Rodrigo Pacheco, prontamente, deu encaminhamento à PEC das Drogas, cuja função é de criminalizar ainda mais. É mais uma dor de cabeça ao governo, depois do PL Antiaborto, que também vai na linha da criminalização. Lula ficou à espera da repercussão negativa para se posicionar. Agora, se viu obrigado a se contrapor à PEC das Drogas.

A PEC das Drogas e o PL Antiaborto expressam a ofensiva da ultradireita e setores da direita no campo da criminalização de manifestações que exigem ir às suas raízes e causas sociais para apresentar um caminho de solução.

Os promotores do PL Antiaborto, chefiado pelo deputado evangélico Sóstenes Calvacante (PL), tiveram de aguardar por um tempo o encaminhamento para a votação devido à mobilização em 15 de julho e divisões no interior da própria burguesia. Em seguida, entrou na fila dos projetos reacionários a PEC das Drogas. Segundo a imprensa, é extensa a “agenda conservadora”. Eis: PEC das Drogas, Projeto Antiaborto, castração química voluntária, casamento gay e união poliafetiva, escola sem partido, ensino domiciliar, estatuto do nascituro, ideologia de gênero, entre outros.

Lula quer que o Congresso se dedique

a questões econômicas, como a reforma tributária. Mas a bancada religiosa está por acantonar o presidente no terreno dos “valores”, que têm por base as igrejas e a família.

A PEC do Aborto precisa ser derrubada nas ruas com grandes mobilizações, de forma a ser derrotada no Congresso. Somente um grande movimento de massa pode jogar por terra a chamada “agenda conservadora” da ultradireita e dos setores fascistas da burguesia. Para isso, os sindicatos e organizações populares devem tomar as bandeiras contra a criminalização e a imposição da religião ao Estado.

Dois frentes estão formados: de um lado, a luta contra o PL Antiaborto e, de outro, contra a PEC das Drogas. Tudo indica que, passadas as eleições, a ultradireita bolsonarista e aliados voltarão ao ataque.

A descriminalização do uso pessoal da maconha certamente não tocará minimamente no brutal problema da proliferação das drogas e do narcotráfico. Está apenas apontando para essa grande chaga do capitalismo. Diferenciar o traficante do consumidor tem uma função jurídica-criminal. Não romperá o círculo vicioso do mercado de drogas e, portanto, não atingirá a fração burguesa narcotraficante, que envolve muito dinheiro, bancos, instituições do Estado, políticos, policiais e autoridades. A descriminalização do uso pessoal da maconha não fere a Lei Antidrogas que se baseia essencialmente na criminalização. O fundamental está em que, se se mantiver a decisão do STF, milhares de presos poderão ser libertados. Estima-se que pode chegar a

8.000 e 19.000 prisioneiros, entre eles, muitas mulheres. A maioria é de negros e de baixa escolaridade, segundo as estatísticas.

A reação obscurantista diz que a descriminalização significa “naturalizar o consumo de drogas”. Mas, oculta que as drogas são uma mercadoria produzida pelo capitalismo. A enfermidade das drogas é de caráter social, que reflete o mercado das drogas, e que tem crescido em todo o mundo e em particular no Brasil. Pobreza, miséria e fome massificadas, de um lado, e riqueza e abundância concentradas, de outro, são impulsionadoras do narcotráfico e semeios das drogas.

Não por acaso os milhares de presos enquadrados na Lei de Drogas de 2006, aprovada sob o governo de Lula, são pobres e negros. Os poderosos traficantes estão soltos e convivem com os poderes da burguesia. Alguns chefes são presos como exemplo, mas em nada altera a estrutura comercial do narcotráfico.

Essa realidade retrata o capitalismo em decomposição. A criminalização não desfaz essa enfermidade social justamente porque é parte das mesmas contradições que permitem conviver o mercado legal com o mercado clandestino. E como tal acaba por entrelaçar um e outro em uma unidade econômica de um regime social esgotado e decadente. A classe operária não deve se guiar pela política de criminalização do Estado burguês justamente porque oculta as raízes de classe das enfermidades sociais e atinge precisamente uma camada pobre e miserável da juventude.

Rio de Janeiro

Absolvição dos assassinos de João Pedro

No dia 10, a Justiça absolveu sumariamente os policiais envolvidos na morte do menino João Pedro, no complexo do Salgueiro em São Gonçalo. O assassinato aconteceu há 4 anos. Na época, em plena pandemia, o jovem fora baleado dentro de casa pelas costas durante uma operação policial no complexo em que residia com a família. Apesar de ser socorrido com vida, o adolescente faleceu. Após quatro anos, clamando por justiça, a família do jovem, agora, verá os assassinos de João Pedro em Liberdade, uma vez que a juíza Juliana Bessa absolveu os três policiais assassinos, alegando legítima defesa dos agentes.

O caso de João Pedro está longe de ser uma exceção. Nos últimos anos, foram muitos os jovens assassinados pela polícia na cidade do Rio de Janeiro, e pouquíssimos os casos em que a família conseguiu

ver a condenação dos policiais. Na maioria das vezes, ameaças à família por parte dos policiais e convivência do judiciário burguês fazem com que muitos sequer busquem justiça pelos seus mortos.

Compreendemos a mobilização da família de João Pedro em buscar da justiça institucional para tentar reverter a absolvição dos policiais, mas, também é verdadeira a ideia de que não se pode depositar esperanças na justiça burguesa para julgar os crimes de classe da própria burguesia, como é o caso de João Pedro. Os criminosos que mataram o jovem João, bem como os demais jovens negros que são cotidianamente exterminados nas periferias, só poderão ser julgados por um Tribunal Popular, encabeçado pela classe operária e a maioria oprimida, erguido sobre a base das reivindicações mais sentidas da maioria oprimida.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Junho de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária - Nossa Classe quinzenal - Junho

Campanha salarial dos Metalúrgicos de São José dos Campos: unificar a luta pelo aumento salarial e direitos, a luta pela reintegração dos trabalhadores demitidos da Avibras e o pagamento dos salários atrasados

Em assembleia da campanha salarial realizada no dia 29 de junho, o sindicato metalúrgico de São José dos Campos aprovou a pauta de 10,5% de reajuste e ampliação de direitos. O índice de inflação (INPC) de maio, anunciado pelo governo, de 3,34%, é uma mentira. Levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra que somente o arroz e o feijão aumentaram em média 33%. É impossível para os trabalhadores manterem suas famílias com os baixos salários.

Em São José dos Campos, o piso salarial nas empresas de trefilação, laminação e metais ferrosos, com até 500 trabalhadores, por exemplo, é R\$ 2.074,80. Acima de 500 trabalhadores, o piso é R\$ 2.289,00. É a mesma média de pisos pagos aos metalúrgicos de São Paulo e ABC. Tirando os descontos, pagamos aluguel, água, luz, gás, fazemos uma pequena compra e acabou o dinheiro. Com a

ajuda da burocracia sindical, as montadoras que pagavam um piso salarial maior estão conseguindo reduzir e igualar por baixo o piso salarial com os setores de autopeças e empresas menores.

Na General Motors de São José dos Campos, uma multinacional que lucra bilhões, o piso hoje é de R\$ 2.226,66. Na Volkswagen Anchieta, o piso para novos contratados é de R\$ 2.235,00. Está aí a importância de aprovar, em os sindicatos, a luta por um salário mínimo vital, um piso salarial, calculado e aprovado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias, que seja suficiente para manter suas famílias.

A campanha salarial é o momento de acabar com o piso de fome pago pelos patrões e lutar para que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário-mínimo vital. Trata-se de defender a vida da classe operária, que produz toda a riqueza da sociedade.

Os trabalhadores da Avibras e os demais metalúrgicos são uma só classe. Chega de divisão!

Que o sindicato de São José dos Campos convoque a assembleia geral e aprove a luta unificada contra o fechamento da AVIBRAS, em defesa dos empregos, salários e direitos! Que o governo Lula estatize a AVIBRAS sem indenização aos capitalistas que a quebraram!

Os trabalhadores da Avibras estão há dois anos e três meses em luta, acampados na porta da fábrica, fazendo manifestações contra as demissões. O capitalista, que durante décadas explorou a força de trabalho e lucrou bilhões, há 15 meses não paga os salários. Em maio, cortou o convênio médico dos cerca de mil trabalhadores.

Os sindicatos foram criados para organizar e unificar a luta da classe operária contra os ataques dos patrões. A direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos não pode deixar os companheiros da Avibras fazendo a luta sozinhos. A força da classe está na luta unificada. A pauta da campanha salarial não pode se limitar a defender o reajuste apenas para os trabalhadores que estão trabalhando. O sindicato deve incluir na pauta da campanha salarial a luta contra o fechamento da Avibras e a reintegração ime-

diata dos trabalhadores demitidos, o reajuste salarial e direitos, e o pagamento dos salários atrasados.

O sindicato deve convocar uma assembleia geral e aprovar a greve contra as demissões e o fechamento da Avibras. Levantar a bandeira: nenhuma demissão! Emprego não se negocia, se defende com a greve, com a ocupação da fábrica e o controle operário da produção. E assim exigir de Lula que estatize a Avibras sem indenização. Que se implante a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

O Boletim Nossa Classe diz aos metalúrgicos da Avibras e a todos os trabalhadores que essas medidas somente serão impostas aos capitalistas, que estão negociando a venda da Avibras para o capital estrangeiro, ou para a Austrália ou para a China, por meio da mobilização coletiva. Ou seja, por meio da ocupação da fábrica e organização da luta pelos sindicatos. A reivindicação para que Lula estatize sem indenização a Avibras deve ser assumida pela CUT, CSP-Conlutas e demais centrais.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Somente por meio da greve, da ação direta coletiva, poderemos impor a estatização, sem indenização aos capitalistas, sob o controle operário da Avibras, e a reestatização da Eletrobras e demais estatais privatizadas

A direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos afirma corretamente defender a estatização da Avibras. Porém, erra ao iludir os trabalhadores sobre a possibilidade do governo burguês de Lula estatizar a Avibras pela via democrática, enviando um projeto de lei ao parlamento. A luta pela estatização da Avibras e reestatização das estatais privatizadas significa a luta em defesa da soberania nacional, da independência política e econômica do país, que só pode ser feita pelo proletariado.

As frações da burguesia nacional e seus partidos, em conjunto, se mostraram entreguistas, submetidas às multinacionais e ao imperialismo. O governo direitista de Temer e o governo ultradireitista de Bolsonaro aprovaram as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização. Bolsonaro privatizou a Eletrobras, responsável por 70% da geração de energia do país, colocando na mão do setor privado um setor estratégico.

O governo burguês de Lula/Alckmin mantém as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização, a privatização da Eletrobras, das refinarias e distribuidoras da Petrobras.

A Avibras, principal fornecedora de mísseis e foguetes para o Exército brasileiro, pediu recuperação judicial em março de 2022 e está em negociação para a possível venda de 50% de suas ações para o grupo australiano DefendTex. A empresa estatal chinesa Norinco também está interessada em comprar 49% das ações da Avibras. Como podemos ver, o Brasil continua uma semicolônia. Não tem independência econômica, política, nem soberania nacional. Seus recursos naturais, petróleo, gás, minério, energia, água etc., e seu sistema de defesa estão nas mãos do imperialismo e das multinacionais.

O Boletim Nossa Classe faz campanha pelo fim das privatizações, pelas reestatizações e pelas estatizações. A Avibras deve ser defendida como patrimônio nacional. Não à entrega da Avibras ao capital estrangeiro, que Lula estatize imediatamente por decreto. Esse é um passo para reestatizar a Eletrobras e demais empresas estatais entregues ao capital privado. É por esse caminho que a classe operária tem de se organizar para impor o controle operário coletivo da produção.

Mais uma eleição que serve apenas aos exploradores

Não devemos acreditar nos partidos burgueses que já estão em plena campanha eleitoral, mentindo e pedindo votos para continuar no poder roubando. A maioria explorada deve acreditar apenas em nosso método próprio de luta, que são a greve, as manifestações, ocupação de fábricas e bloqueios, para defender nossas reivindicações.

A classe operária não deve ter nenhuma ilusão nas eleições burguesas. A tarefa colocada é a de construir nosso próprio partido operário revolucionário, para expropriar a burguesia do poder, por meio de uma revolução social, pro-

letária, e construir nosso próprio governo, operário e camponês, a ditadura do proletariado. Destruir o capitalismo e construir uma nova sociedade, socialista, sem explorados, nem exploradores.

O Boletim Nossa Classe luta pela independência política da classe operária e dos demais trabalhadores. Para isso precisamos de um partido que lute pelas reivindicações dos explorados, que liberte os sindicatos das direções vendidas e que tenha como norte a constituição de um governo operário e camponês.

DENÚNCIA: Mercedes-Benz e empresa terceirizada SeSe tiram o couro dos trabalhadores!

Os trabalhadores da empresa SeSe, terceirizada, que presta serviço de logística dentro da Mercedes, enviaram novas denúncias ao Nossa Classe. Os companheiros denunciam que a superexploração continua. Segundo eles, “o rebocador tem que chamar peça, abastecer, recolher caixas vazias e buscar peças no outro prédio. As caixas são pesadas e podem vir a prejudicar a nossa saúde”.

Com essas denúncias, os terceirizados da Mercedes estão dizendo: Chega de direção sindical pelega!

O Boletim Nossa Classe convoca os trabalhadores efetivos, contratados e terceirizados da Mercedes e demais empresas a se organizarem para construir uma comissão de fábrica classista e de luta. Uma comissão de fábrica que defenda realmente os interesses da classe operária, que lute contra as demissões, contra a terceirização, e unifique a luta dos trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, e pelo salário-mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Formação política do Nossa Classe

Os sindicatos e a democracia operária

A organização da classe operária nos sindicatos permitiu exercer sua própria democracia. O fundamento da democracia operária é o da decisão coletiva e direta. Para isso, se constituiu as assembleias sindicais, onde ao mesmo tempo que se debate os problemas, se propõe as respostas e delibera, também se executa a decisão.

A conquista da democracia sindical constituiu um grande avanço na luta de classes. Permitiu aos explorados divergirem livremente entre si, decidirem pelo voto direto e assegurarem a ação coletiva contra os capitalistas, patrões. Trata-se do exercício de classe da política do proletariado (assalariados).

Frente à democracia burguesa, que é o exercício do poder capitalista contra as massas, insurgia o embrião da democracia proletária, que é o exercício do poder operário contra os exploradores. Na origem dos sindicatos, as assembleias eram os organismos

soberanos, onde a classe operária exercia a democracia coletiva, que significa o direito dos trabalhadores e correntes políticas de oposição à direção se expressarem e apresentarem suas propostas para serem votadas.

Atualmente, a burocracia sindical que dirige os sindicatos acabou com a democracia operária. Hoje apenas os burocratas falam nas assembleias, e o pior, para defender as propostas patronais. Da mesma forma, as comissões de fábrica, quando existem, são controlados pelos burocratas. Não estão subordinadas à assembleia de fábrica.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a se organizarem em todas as fábricas para construírem comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias, que defendam a democracia operária e a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Operários terceirizados da Braskem fazem denúncias

Existem mais de 20 empresas terceirizadas dentro do Polo petroquímico, onde fica a Braskem. A exploração pelas empresas terceirizadas é tão grande que, além de reduzirem os salários, obrigam os operários a trabalharem em condições insalubres. Um operário denunciou que é obrigado a andar a pé mais de meia hora dentro da Braskem para chegar ao seu local de trabalho. Inclusive, em dias de chuva, chegam a trabalhar ensoçados. Reclamam que somente as chefias podem andar nos micro-ônibus que circulam internamente na Braskem.

Disse que muitos operários estão insatisfeitos porque até hoje não receberam o acordo salarial, que venceu em 1º de Maio. Reclamou também do Vale Alimentação e da PLR que estão atrasados. Comentou que há anos os problemas vêm aumentando. Que o Convênio Médico é um INSS melhorado que saqueia 25% dos salários a título de coparticipação para atender aos familiares e dependentes. Denunciou que os migrantes formam mais de 30% da mão de obra e que são obrigados a morar em cortiços ou pensões insalubres por conta dos salários baixos.

Disse também que a direção do sindicato Construmob prometeu fiscalizar a contratação dos “estrangeiros”. E que aguarda a empresa Soma entrar em contato para discutir o acordo coletivo, que foi fechado em 6% de reajuste, que deverá ser pago o retroativo na forma de abono, juntamente com o VA, que subirá de 930 para 1.000 reais. Informou que a empresa Soma ganhou a licitação e entrou no lugar da Normatel, por isso está tudo atrasado. Finalizou dizendo que o sindicato cobrará a Taxa negocial da PLR, sendo que o associado pagará 5% e o não sindicalizado, 20%. E que

muitos trabalhadores pertencem a outros sindicatos, como os da limpeza que provavelmente sejam do Siemaco e terão outro tipo de acordo.

Terminada esta exposição o operário finalizou dizendo que está havendo uma movimentação de muitos terceirizados. E que acha normal ter tantas greves nas empresas terceirizadas.

O Boletim Nossa Classe respondeu que as lutas precisam ser unificadas para terem mais força perante tantos patrões e conseguir derrotar essa desvalorização que eles estão fazendo. Que é preciso cobrar das direções sindicais que chamem uma assembleia unificada para defender as reivindicações que são semelhantes, como trabalho igual salário igual, direitos, salários melhores e a estabilidade para todos.

A terceirização é parte da reforma trabalhista do governo golpista de Temer. Foi feita de acordo com os interesses dos capitalistas. É a forma de tornar mais instáveis os empregos, rebaixar os salários e destruir antigos direitos trabalhistas. Tem também a função social de dificultar as greves. Os novos sindicatos são extensão da mesma burocracia que colaborou para que a terceirização fosse implantada. Está colocada a luta pelo fim da terceirização e revogação da reforma trabalhista. Juntamente com as reivindicações mais sentidas – como as que colocam os trabalhadores terceirizados da Braskem – o Boletim Nossa Classe faz a campanha de efetivação de todos os terceirizados e a unidade de todos os trabalhadores por um programa próprio de reivindicações.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores do canteiro rechaçam a proposta de rescisão indireta pelo SINTRACOMP

Novamente, os trabalhadores terceirizados do Canteiro da UFRN (manutenção predial) paralisaram suas atividades por atraso de salário. Em virtude da proximidade do final do contrato (setembro/2024), a direção do Sintracomp (Sindicato da Construção Civil) foi ao Canteiro na segunda-feira (08/07) para chantagear mais uma vez os trabalhadores a entrarem com a ação judicial de rescisão indireta.

A Corrente Proletária/POR, junto ao Comitê em Defesa dos Terceirizados da UFRN, tem alertado os trabalhadores a não aceitar essa falsa solução. A rescisão indireta implica que o trabalhador peça na justiça que a empresa o demita, recebendo as contas. Ainda por cima, o advogado trazido pelo sindicato obteria 30% sobre cada rescisão de trabalhador, valor que superaria facilmente os 200 mil reais.

Os trabalhadores, conscientes do perigo da rescisão indireta, encurralaram o burocrata exigindo que o Sintracomp entrasse, na verdade, com uma ação cautelar, conforme o Sindicato da Limpeza fez, determinando o pagamento direto dos salários pela UFRN. Sentindo a pressão dos trabalhadores, o burocrata rapidamente iniciou a assembleia, orientou a paralisação das atividades pelo atraso dos salários, e foi embora. Neste momento, a Corrente Proletária/POR propôs aos trabalhadores que, no dia seguinte, nos reuníssemos e fôssemos ao Ministério Público do Trabalho, a fim de pressionar por uma solução do problema.

Na terça-feira (08), uma quantidade significativa de trabalhadores se reuniu e ocupou a recepção do Ministério Público do Trabalho, reivindicando uma reunião com o Procurador do Trabalho. Minutos depois, o Procurador-Chefe recebeu uma comissão, prometendo dar celeridade no sentido de uma ação civil pública na justiça do trabalho, para pagamento direto pela UFRN.

Durante a reunião com o Procurador, os salários foram pagos, novamente, diretamente pela UFRN. Ocorre que, mesmo sendo pagos pela UFRN, estão em atraso. A Reitoria argumenta que, sem a decisão judicial determinando o pagamento direto, precisa aguardar que a empresa primeiro atrase os salários, para então poder pagar diretamente. Em meio a esse jogo de empurra-empurra, os trabalhadores se veem obrigados a recorrer a ação direta como única forma de conquistar a garantia de seus direitos.

Ao final da atividade, a Corrente Proletária/POR explicou aos trabalhadores a necessidade de permanecermos em alerta, uma vez que o Ministério Público do Trabalho é parte do Estado

burguês, que tem como característica, além da repressão, constituir órgãos para mascarar o regime de opressão de classe, como é o caso do MPT.

Os trabalhadores terceirizados já não possuem mais nenhuma identificação com as empresas, as enxergando como um mal que são obrigados a ter que suportar. Muitos já estão há mais de 10 ou 15 anos trabalhando na universidade. Se enxergam como trabalhadores da UFRN, submetidos a um regime de discriminação por parte da Administração Pública e de perseguição pelos capatazes terceirizados.

O pagamento direto dos salários pela UFRN escancarou o caráter parasitário da terceirização. O anseio pelo fim da terceirizados e efetivação imediata já está encarnado há muito tempo nesses trabalhadores. Diferentemente, as direções sindicais e políticas seguem manobrando para não realizar uma luta consequente contra a terceirização. O extremo isolamento da luta dos terceirizados da UFRN por parte dos sindicatos e centrais é o único empecilho para que essa luta por reivindicações parciais se entronque numa luta geral pelo fim da terceirização e efetivação imediata dos terceirizados.

Essa luta decidida dos trabalhadores da UFRN mostra o caminho para a organização de uma campanha nacional pelo fim da terceirização, que implica revogar a contrarreforma trabalhista de Temer. É preciso formar verdadeiras direções classistas e revolucionárias. O que se fará no terreno da luta de classes, da defesa das reivindicações, do impulso à democracia operária e fortalecimento dos métodos da ação direta.

Paraná

Manifesto da Corrente Proletária da Educação

Por uma campanha estadual contra a criminalização da ação sindical pelo governo Ratinho Jr.

A Secretaria de Educação do Paraná confirmou, na quarta-feira, dia 3 de julho, o desconto dos salários de 20 mil professores e funcionários de escolas que participaram da greve realizada no início de junho. Determinou também o afastamento de quatro diretores de escolas que aderiram à paralisação. (FSP). Estas medidas constituem uma escalada no autoritarismo discricionário do governo Ratinho Jr. (PSD), mirando, além da liquidação do ensino público, a restrição da liberdade de organização sindical e anulação de toda oposição.

Durante a greve – que durou três dias – deflagrada contra o projeto de lei “Parceiro da Escola”, que privatiza as escolas estaduais e pela reposição das perdas salariais acumuladas desde 2016, o governo conseguiu uma decisão liminar proibindo a greve. Ameaçou prender a presidente do sindicato de professores, caso não encerrasse o movimento. Distribuiu um vídeo apócrifo para 4.076 professores pelo WhatsApp e 2.103.805 mensagens pelo SMS nos celulares de pais e alunos da rede estadual, atacando o sindicato, referindo-se às mobilizações dos professores como manifestações “partidárias e violentas” que colocariam as crianças em risco.

A resposta do sindicato tem se limitado a tentar reverter “as faltas injustificadas”, trocando-as pela reposição de aulas e pagamento dos dias parados, no âmbito administrativo, e a volta ao cargo dos diretores demitidos pela via judicial. Quanto ao vídeo apócrifo com conteúdo abertamente antissindical, a oposição parlamentar pretende que o secretário de educação forneça “explicações” em audiências públicas e denunciou-o ao ministério público.

É evidente que, isolando estes ataques e tomando-os como um problema corporativo, restrito àquelas categorias de servidores,

caminha-se para uma derrota certa e o reforço à discricionariedade repressiva do governo que, dessa forma, ganhará mais liberdade para atropelar todo e qualquer movimentação das outras categorias de servidores, pois, se consegue dobrar o maior sindicato do estado, não terá a menor dificuldade para massacrar os outros.

Por isso, a Corrente Proletária na Educação/POR defende a deflagração de uma campanha ativa, protagonizada por todos os sindicatos de servidores do Estado, contra a criminalização da ação sindical pelo governo Ratinho Jr. As direções dos sindicatos de servidores, geralmente encapsulados no corporativismo, tem diante de si uma situação extremamente grave que pode resultar na liquidação da liberdade de organização sindical e de outras liberdades democráticas. Trata-se de estruturar um movimento unificado de todo o funcionalismo contra o autoritarismo do governador e a criminalização do movimento sindical.

O enfrentamento desta ameaça, que agora se materializa contra a APP-Sindicato, exige a mobilização ativa e o emprego dos métodos da luta de classes por parte dos servidores, pois, se se restringindo aos procedimentos administrativos ou judiciais, o governo já terá derrotado os servidores. Não podemos ignorar que a criminalização da ação sindical e o autoritarismo fascizante do Ratinho Jr. se reforçou nas últimas semanas com a postura antio-perária do governo Lula no enfrentamento à greve dos professores e técnicos das universidades federais. Mas o governador do Paraná, além de atacar o funcionalismo, disputa também a herança do espólio bolsonarista para se potenciar como possível candidato da direita nas próximas eleições gerais, o que tornará seus ataques cada vez mais agressivos, caso não seja enfrentado com os métodos da mobilização de massas.

Fazemos um chamamento a todos os sindicatos dos servidores públicos do Paraná a organizar uma campanha contra a criminalização da ação sindical pelo governo Ratinho Jr.

Que se convoque uma plenária dos sindicatos para organizar imediatamente a campanha pelo direito de greve!

Que se exija das centrais sindicais e movimentos uma mobili-

zação nacional de denúncia do ditador Ratinho e contra os ataques aos professores grevistas e à direção dos sindicatos!

Contra a criminalização da ação sindical!

Em defesa da liberdade de organização dos servidores públicos!

5 de julho de 2024

São Paulo

Ato contra a militarização das escolas

As entidades estudantis realizaram no dia 04/07 às 9h um ato em frente ao Teatro Municipal contra a militarização das escolas públicas de São Paulo. A manifestação, contando com cerca de 150 estudantes, caminhou até a Secretaria da Educação. A maioria dos presentes eram jovens organizados nas correntes, entre elas: UPES; UMES; UBES; Rebeldia; Afronte; UJC; JPL; OCI; FENET; Correnteza; DCE da UFABC etc. O pontapé inicial, apesar de pequeno e tardio, foi importante para a luta contra o projeto.

A Corrente Proletária Secundarista, do POR, esteve presente com o boletim Juventude em Luta e o Jornal Massas, que despertou atenção de alguns trabalhadores que passavam. Compartilhamos abaixo o boletim Juventude em Luta distribuído no dia, onde apontamos para a necessidade de os secundaristas utilizarem os métodos de luta de ação direta para barrar mais esse ataque da burguesia e de seus governos.

É preciso garantir a democracia operária nos movimentos

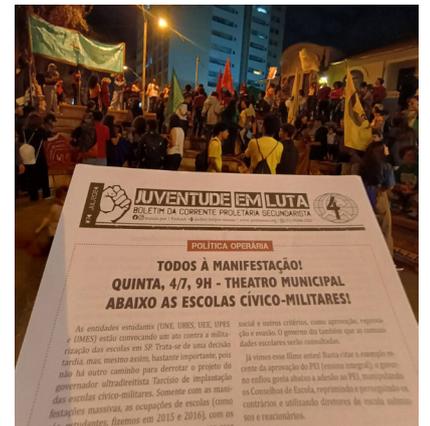
Um pequeno conflito no meio do ato serve de exemplo para mostrar a política das direções do movimento estudantil, que, apesar da idade, já mostram traços fortes de burocratismo. Um militante porista estava distribuindo o boletim Juventude em Luta quando foi entregar para os estudantes que formavam o grupo da UMES, um suposto dirigente com ares de capanga tentou nos impedir de entregar os boletins para jovens que estavam ali. Como o nosso militante insistiu, ele passou a empurrar e falar para ele “voltar para sua base”. Apesar de ser uma manifestação pequena, mostra como essas direções não estão comprometidas de fato com

a luta, mas sim com seu aparato.

Os burocratas tratam os jovens que estão sob sua bandeira como um rebanho, impedindo que entrem em contato com outras organizações e linhas políticas. Temem a democracia operária que deve imperar no movimento dos explorados. A juventude deve ler, deve conhecer as diferentes posições políticas e discutir sobre elas, realizando uma análise crítica das posições que são apresentadas, bem como uma análise crítica da posição de sua própria organização. A juventude não pode ser massa de manobra de meia dúzia de dirigentes vendidos, governistas, que defendem políticas atrasadas como a UMES, que chama ato de rua, mas com a intenção única de fazer pressão parlamentar.

A luta contra a escola cívico-militar se choca com a intervenção ditatorial do Estado nas escolas e na educação em geral. Uma direção encastelada na UMES que age contra o direito elementar de expressão política não pode dirigir a juventude contra a escola cívico militar.

A tarefa da juventude com consciência de classe, assim como a tarefa dos demais explorados, é superar as direções políticas que servem de freio para a luta. Essa manifestação foi o ponto de partida, mas para derrotar o projeto militarista de Tarcísio é preciso dar continuidade, chamar uma nova manifestações, parar as escolas e unificar a luta com as demais categorias que também estão sofrendo ataques do governo militarista e privatista de Tarcísio, como os professores, os trabalhadores da CPTM, do Metrô e da Sabesp.



São Paulo

Alunos, professores e diretores da Leste 3 rejeitaram as escolas cívico-militares de Tarcísio

A Seduc indicou 19 escolas na Leste 3 para serem cívico militares. Os diretores das escolas tiveram um prazo até 28/06 para aderirem ao Projeto. Como não houve adesão, a Seduc prorrogou mais uma semana. Mesmo assim o resultado não foi diferente.

Qual a explicação? É preciso dizer que, para implantar esse Projeto direitista, precisará fechar mais um turno em cada escola desses bairros proletários. Ocorre que, destas 19 escolas listadas pela Seduc, o funcionamento 4 delas já são de 9h, e 11 são de 7 horas. Para chegar nesse estado, os governos anteriores tiveram de impor o fechamento do noturno e com isso prejudicaram milhares de alunos e centenas de professores. Esta memória está viva em cada um.

Agora, o governo Tarcísio e seu secretário Feder estão reprimindo os diretores para impor as plataformas digitais. Esta ação é repugnante. Até os sindicatos mais à direita, como CPP, Udemo e Apase, estão fazendo campanha contra o militarismo nas escolas.

A Corrente Proletária da Educação não só tem denunciado a política deste governo direitista

como tem feito uma luta prática contra o fechamento de salas e turnos. Vem chamando os alunos, pais e professores a engrossarem a campanha em defesa da escola pública, de reabertura das salas e emprego a todos os professores. Essa é a forma correta de derrubar qualquer política burguesa.

Foi durante a luta contra o fechamento da EJA da escola Décio que o novo dirigente regional da Leste 3 nos informou que não entendeu o porquê nenhum diretor da Leste 3 indicou a escola para o Projeto Cívico militar. Tentou nos culpar pela pichação no portão da Diretoria de ensino contra o projeto, como se a pichação fosse a grande força para tal. De imediato respondemos: a juventude pobre, pais e gestores não querem a polícia na escola. Querem uma escola que garanta minimamente o direito de estudar e trabalhar.

São Paulo

A luta dos alunos e professores da EE Décio impediu o fechamento da EJA e do noturno

A importância de uma direção revolucionária

A Corrente Proletária da Educação, assim que ficou sabendo que seria fechado o noturno da escola Décio, tratou de ir às pressas debater com professores. Lá já havia uma proposta de fazer um abaixo assinado. Os militantes da Corrente explicaram que só um abaixo assinado não reverteria a opinião da Leste 3. Basta lembrar que ocorreu o fechamento da EJA da escola Marcos Antônio e da escola Isaac na época da pandemia. Que os supervisores ignoraram os abaixo assinados e transferiram os alunos sem pestanejar para o próprio Décio. Esta experiência mostrou que, para demover a ideia de fechamento imposta pelos governos, só há um jeito: retomar o movimento de massa de alunos e pais no bairro. A partir daí, aprovou-se um plano de mobilizar alunos, pais e professores para levá-los na Leste 3 antes do recesso. Foi sugerido que cada professor debatesse naquele momento na sala de aula o problema e depois de 2 dias fizesse uma assembleia geral da escola.

De fato, a assembleia de alunos deu um impulso ao movimento. Até professores de outros turnos se colocaram na defesa da EJA e do período noturno. Na semana seguinte, foi possível levar dezenas de professores e alunos. Como lá há um membro da direção da Apeoesp de Itaquera, acatou o pedido de disponibilizar ônibus para levar o povo até a Diretoria de ensino Leste 3.

A chegada na Diretoria com dezenas de pessoas causou um impacto tremendo. Inicialmente, a supervisão propôs entrar uma comissão com 6 pessoas. Ninguém aceitou. Aí propuseram 12 pessoas para formar a comissão. Entramos com os 12, mas o restante conseguiu entrar depois. O dirigente procurou se mostrar democrático o tempo todo. Chegou a dizer que os alunos presentes não precisavam se preocupar porque “ele garantia” que todos iriam concluir o estudo no Décio. O que ele não esperava é que todos saíssem na defesa da escola e não somente de seus interesses particulares.

O jovem dirigente, que diz ser professor de EJA em São Bernardo, foi bombardeado pelos alunos e pais.

O curioso foi que ele tentou mostrar que o noturno do Décio tem frequência inferior à da escola do lado, o Mozart. Que ele levou os cadastros de alunos dos termos iniciais do Décio para o Mozart para “economizar recursos”. Que ele não esperará essa projeção “de queda” avançar para não ter de debater isso lá na frente. Por isso, resolveu impedir de abrir novas salas em agosto.

Esse argumento estúpido enlouqueceu os alunos que falaram da importância da escola e por isso do esforço que fizeram em ser frequentes.

O vereador do PSOL chegou a dizer que entrará no Ministério público, usando este mesmo argumento, para mostrar que ele, o dirigente, está desperdiçando dinheiro ao impedir abertura de novas salas.

Um pai, ex aluno da escola, criticou dizendo que o dirigente enquanto professor não precisava cumprir a política do governo Tarcísio de fechar salas e turnos. O dirigente disse que a zona leste é a que tem mais EJAs e ele está fazendo a “análise” de rendimento de todas para tomar providências semelhantes. Ele só recuou na argumentação quando a Corrente Proletária disse que estava sendo autoritário e que seu objetivo era o de implantar a PEI. Ele retrucou dizendo que as PEIs foram votadas “democraticamente nos Conselhos de escolas”.

A Corrente perguntou ao público: alguém foi consultado quanto ao fechamento dos 1º anos? Todos gritaram não! É isto que o senhor chama de democracia?

A Corrente sugeriu que, para ser democrático, tinha de ajudar a escola a melhorar, e que, portanto, tinha de devolver os cadastros dos 1º termos para que a escola administrasse e melhorasse seu empenho.

Esta narração detalhada de como foi a reunião com o dirigente serve para mostrar a importância do debate e da organização de alunos, professores e gestão em torno de qualquer assunto, e particularmente, deste.

Na semana seguinte o dirigente compareceu às reuniões de conselhos de classe e disse que manterá os 1º termos da EJA na escola. A Corrente aproveitou para retomar o debate sobre as salas de 1ºs anos do Ciclo 1. Foi autorizado reabrir sala se houver demanda. Por último, a reunião foi concluída com a boa notícia de que nenhuma escola da Leste 3 se inscreveu no programa da Escola Cívico Militar.

Esta luta, ainda que localizada, repercutiu no planejamento de outras escolas da região em que seria fechado o noturno. No Breno Rossi, foi autorizado abrir mais 2 salas; no Liberali e no Simão Matias não fechará nenhuma sala.

Está claro que é fundamental a presença de uma direção revolucionária em qualquer movimento. Agora, é preciso mais do que nunca a unidade de todos os professores, principalmente dos contratados, para garantir em todos os lugares as salas de aulas abertas e a estabilidade dos contratados.

Este é o caminho que todas as escolas têm de seguir diante do fechamento de salas e destruição da escola pública. Devemos mostrar aos burocratas engratados que quem manda na escola não são eles. São os que estudam e trabalham.

Direção da Afuse se nega participar da luta direta contra o fechamento das salas de aulas e da EJA na região de Itaquera

A Corrente Proletária convidou militantes de outras correntes e sindicatos a participarem das assembleias ocorridas e estarem nas reuniões na diretoria de ensino. Pois o trabalho frentista é fundamental.

A direção estadual e regional da Afuse, sindicato dos funcionários de escola, também foi convidada, porém não apareceu. Fez corpo mole e beneficiou os governantes com sua política de conciliação.

Lamentamos essa situação, pois, nestes dois últimos anos, os ataques aos funcionários de escolas foram enormes. Com a terceirização que se consolidou, apesar das inúmeras denúncias, o governo Tarcísio/Feder passou a contratar apenas como categoria 0, municipalizou as escolas e iniciou um processo de privatização no setor administrativo. Frente a todos esses ataques, a direção da Afuse está calada. Quando surgem os movimentos de resistência às políticas ultradireitistas, os burocratas desaparecem.



São Paulo

PSS – Processo Seletivo de Professores Mais precarização e exclusão dos educadores

Apeoesp, ao invés de organizar a luta, compra curso on-line para ajudar o governo no desemprego

O PSS está sendo implantado pelo governo Tarcísio /Feder para formalizar um cadastro de reserva de professores. Ainda que seja classificatório, a rede não absorverá grande parte dos classificados. Isto porque teremos a posse dos concursados em agosto. Além disso, a previsão para 2025 é de ter menos salas de aula, por conta do fechamento de 1 turno das escolas PEIs, que serão de 9h.

No início deste ano, os professores contratados categoria O já viveram a experiência desastrosa do desemprego. Até hoje, existem professores sem aulas e alunos sem professores. E tende piorar essa precarização do trabalho.

O retorno das provinhas excludentes mostra a falta de luta da classe e o alto grau de passividade que atingiu o movimento neste período de 9 anos, desde a última greve que ocorreu em 2015. Além da exclusão e precarização, o PSS passou a ser anual e cobrado dos candidatos, para serem humilhados e excluídos.

Para chegar a este ponto de passividade da classe, os governos precisaram construir uma nova categoria, substituindo aposentados e licenciados por contratados, sem direitos trabalhista e sujeitos a um alto nível de alienação do trabalho. Hoje, a categoria em SP é composta de 58% de professores contratados categoria O.

A maioria não é filiada a um sindicato, reproduz a concorrência no local de trabalho e está sendo teleguiada. Em breve, boa parte será substituída pelas plataformas digitais.

Esse processo de embrutecimento e exploração impõe uma resposta que passará pela luta coletiva contra o desemprego e as péssimas condições de trabalho. O problema consiste em que o principal sindicato da educação, a Apeoesp, está sob o controle de uma burocracia que, para se manter, se fechou em torno do número de sócios efetivos que têm. Alimentou todos esses meses um caminho oposto ao da luta de classes. Fez de tudo para impedir a luta grevista contra a política de Tarcísio neste 1º semestre. Agora, a maioria se licenciou para fazer campanha eleitoral. Abandonou o sindicato e no máximo dirige a distância.

Diante deste PSS excludente, nada faz para combater. Ao contrário colabora, comprando um curso on-line para vender aos associados e não sócios. A Corrente Proletária ao contrário denuncia cada passo deste governo privatista. Tem rejeitado a política de colaboração da direção da Apeoesp. E tem chamado a vanguarda das escolas a construir um movimento de combate com independência de classe.

São Paulo

Direção sindical da Afuse arrasta o sindicato para o fundo do poço

É preciso fortalecer a Corrente Proletária na Educação

Em agosto será realizado o Congresso da Afuse, que tem em seu Estatuto a determinação: ter participado do Congresso Regional da sua respectiva macrorregião. Um fundamento antidemocrático, pois elimina a maioria dos trabalhadores de participar. Os congressos regionais não indicam os delegados, aprofunda-se então a falta de democracia sindical, porque os delegados dependem do número de abonos de ponto que o governo determina.

O direitista Doria eliminou os abonos de pontos para as reuniões sindicais, uma conquista antiga do funcionalismo público. Não houve resistências por parte de nenhum sindicato. A direção da Afuse foi uma das que sequer balbuciou alguma reclamação. No ano passado, o ultradireitista Tarcísio de Freitas disponibilizou 700 abonos, a partir daí nossa vida sindical passou a ser regida por esse feito do governador.

No dia 29 de junho, o Conselho Estadual se reuniu para definir os critérios de participação. As reuniões do Conselho são de portas fechadas. E lá se definiu que os delegados ao Congresso Estadual são os próprios conselheiros.

A Corrente Proletária luta para romper a camisa de força da direção antidemocrática e conciliadora da Afuse. Trabalha por

construir uma oposição classista, independente e de luta na Afuse.

Essa questão desenvolvemos no boletim de maio. Em junho, retomamos a crítica em outro boletim convocando a unidade na educação para lutarmos em defesa da escola pública: “Carta Aberta aos professores, funcionários, estudantes e suas famílias. Unificar Nacionalmente as lutas em defesa da Educação Pública”. Esses foram o posicionamento e a campanha diante das tendências de luta iniciada pelos servidores federais, que enfrentou com greve a intransigência do governo Lula.

Temos clareza de que é preciso formar uma direção classista na Afuse. Trata-se de uma dificuldade geral, uma vez que os sindicatos estão controlados por direções conciliadoras e autoritárias. A defesa das reivindicações e da democracia sindical é o ponto de partida. É por esse caminho que se formará uma direção combativa e fiel ao programa de reivindicações.

Está colocada a luta por um Congresso formada por delegados de base, eleitos democraticamente. Os delegados devem discutir as propostas e posições que serão discutidas de aprovada no Congresso. Essa campanha também ajuda a colocar para os trabalhadores a formação de uma corrente classista que luta pela direção do sindicato.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rio de Janeiro

Gigantesca obra a serviço dos interesses das corporações

Na última sexta-feira, dia 5, foi inaugurado o Mergulhão de Campo Grande na Zona Oeste, a maior e mais populosa região do Rio de Janeiro, que faz parte do projeto intitulado Anel Viário, uma parceria entre governo federal e a prefeitura do RJ, firmada no dia 10/08/2023. O projeto tem a estimativa de gasto em torno de 2,6 bilhões de reais, sendo destinados para o Anel viário e a recuperação do BRT.

É importante destacar que a Zona Oeste representa mais da metade do território e dois quintos da população da cidade. Outra obra faraônica é o Parque de Realengo Suzana Napolini, inaugurada dia 15/06/2024 e o parque de Inhoaíba, que ainda está em construção.

Essa série de medidas visam à reeleição do atual prefeito Eduardo Paes, que lidera as pesquisas com 53% das intenções de votos, seguido do candidato Tarcísio Motta do PSOL com 9%. De acordo com o G1 RJ, mais de 200 famílias devem perder seus imóveis. O que mais impressiona é a falta de transparência do governo. Vale salientar que os moradores só descobriram que perderiam suas casas após a publicação no diário oficial.

O túnel também afetará uma área de interesse ecológico protegida por lei e que abriga mais de 150 espécies de animais. Esse e outros casos ao longo desses anos escancaram a crise de direção que vive o RJ. Nos últimos anos, poucas foram as mobilizações dos partidos de esquerda e movimentos sociais na capital, o que garantiu terreno fértil para o avanço da barbárie capitalista na cidade materializado tanto pelo poder público quanto o poder paralelo. Além do fortalecimento das narcomilícias, a violência e

a insegurança também são protagonizadas pelos traficantes que, aliados com igrejas neopentecostais, têm imposto repressão aos festejos populares na Zona Norte da cidade, principalmente, no chamado Complexo de Israel.

A atual situação do Rio de Janeiro não é algo de se surpreender. Com a ausência de um movimento de massas que aliasse a classe operária e maioria oprimida em luta por suas necessidades, era nítido que as forças reacionárias tomariam cada vez mais o terreno político no município, fortalecendo o poder paralelo e as oligarquias regionais.

A ganância dos cofres públicos com obras superfaturadas, à revelia das necessidades mais elementares dos trabalhadores, como o saneamento básico nas favelas ou o transporte que é da pior qualidade.

Somente com a mobilização da classe operária e da maioria oprimida, organizada em sindicatos e comitês de bairro, que é possível dar uma resposta classista aos problemas da capital fluminense e enfrentar o poder institucional burguês e o poder paralelo dos traficantes e milicianos.

Está colocada uma campanha junto aos sindicatos em defesa de um programa de reivindicações que aglutine os explorados para enfrentar o poder estatal e o paralelo. É urgente formar um comitê de frente única que reúna a vanguarda que se desperta para a luta. Devemos aproveitar a tribuna das eleições para defender o programa da classe operária, sua organização independente e seus métodos de combate ao capitalismo.

São Paulo

Denúncias contra a empresa de controle de pragas da família de Ricardo Nunes

O atual prefeito de SP e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), é fundador da empresa Nikkey Controle de Pragas do ramo de agrotóxicos. Em 27 anos, acumula infrações e acusações de crimes ambientais. Está a ponto de perder a autorização de funcionamento no ramo de agrotóxicos no Brasil.

No Espírito Santo, em outubro de 2016, o Ministério Público denunciou a empresa por uso de produto tóxico, o brometo de metila, sem o devido aviso e isolamento. Esse produto é 50 vezes mais agressivo que o CFC (Clorofluorcarbono) para a camada de ozônio, proibido pela Convenção de Montreal que determina a eliminação do uso de produtos tóxicos. O agrotóxico é produzido nos EUA e em Israel. Foi proibido nos países desenvolvidos mas é exportado para países semicolônias. O Brasil consome 65 mil toneladas do brometo de metila. É um gás venenoso, incolor e utilizado em ambientes fechados, como estufas agrícolas, porões de navios, silos, armazéns etc., para o extermínio de pragas após a colheita.

As acusações apontam para o uso de produtos químicos perigosos para seres humanos. E que ferem a legislação brasileira, quanto à aplicação de produtos químicos em alimentos. O que resultou em fraude na apresentação de documentação. A empresa de Nunes, Nikkey Controle de Pragas, contou sempre com a assessoria de uma equipe de advogados que a defendeu: articulou,

segundo a justiça burguesa, um meio de obter penas mais brandas. Assim, a multa prescreveu devido ao tempo superior de quatro anos para sua aplicação. Como foi observado, a justiça burguesa oferece um campo de manobra jurídica de parte da empresa infratora. Consequentemente, a Nikkey continuou e continua funcionando e contaminando o meio ambiente.

O POR afirma que as leis econômicas do capitalismo não permitem um planejamento que possa afetar o mínimo possível a natureza e a relação do homem com o meio ambiente. Nesse momento, se tem feito a denúncia de Nunes com objetivo eleitorais. É necessário rejeitar a hipocrisia dos eleitores que querem convencer a população de que é viável estabelecer uma racionalidade a partir da administração do Estado, de forma a proteger o ecossistema. A luta contra a destruição da natureza é parte da tarefa de superar historicamente a anarquia da produção capitalista. O programa da revolução social é o guia para a classe operária tomar à frente do combate a todas as formas de barbárie e enfermidades sociais que emergem do sistema de propriedade privada dos meios de produção e exploração do homem pelo homem. A estratégia da revolução social no Brasil se materializa na luta por um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado, que porá fim à ditadura de classe da burguesia.

Grupo de estudos do marxismo encerra o semestre com o livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”

Crítica ao imperialismo e o lugar seu lugar na História

No Grupo de estudos, o POR vem realizando a análise do livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, do Lênin, e expressando suas principais conclusões no jornal Massas desde o nº 713. Nesta edição, apresentaremos as principais ideias discutidas nos encontros que se dedicaram a estudar os capítulos 9 e 10, concluindo assim o estudo desta importante obra. Por meio da discussão coletiva, se assimila o método materialista histórico e dialético.

No primeiro encontro, sobre o capítulo 9, “Crítica ao imperialismo”, abrimos com a concepção geral de Lênin sobre o que seria essa crítica, “como a atitude das diferentes classes da sociedade perante a política do imperialismo, de acordo com a sua ideologia geral.” O que foi complementado com a constatação de que o traço distintivo da época em que escrevia o livro era o da passagem de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo, acompanhado pelo embelezamento e entusiasmo geral por suas perspectivas. No movimento operário, o responsável por tal embelezamento foi justamente a socialdemocracia. Lênin, em sua crítica ao imperialismo, vai mostrar que a questão central estava em saber “se é possível ir adiante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições por ele [o imperialismo] geradas, ou se se deveria retroceder, atenuando-as [...]”.

No estudo, destacamos “as particularidades políticas do imperialismo” que “são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional, em conexão com a opressão da oligarquia financeira e a supressão da livre concorrência”. Nesse ponto, surgiu uma discussão sobre como o imperialismo se desenvolveu ao longo do século XX fazendo com que essas particularidades se tornassem traços distintivos de uma época histórica. Neste momento em que o cenário internacional é marcado pela destruição de forças produtivas através de guerras de dominação, sobre a base da opressão nacional, como na Guerra na Ucrânia e na Palestina, época onde a oligarquia financeira amplia seu domínio e determina as políticas de austeridade das semicolônias etc., fica evidente que as particularidades apontadas por Lênin foram precisas e se desenvolveram.

O grupo também discutiu os erros de Kautsky de defender uma política reformista sob o imperialismo. Em sua crítica ao imperialismo, introduziu a ideia de que o capitalismo anterior aos monopólios se desenvolveria mais rapidamente sem este último. A consequência natural desse argumento estava em que se poderia combater o imperialismo sem o combate consequente ao capitalismo, ao menos em suas formas concorrenciais. “Kautsky rompeu com o marxismo ao defender, para a época do capital financeiro, um “ideal reacionário”, a “democracia pacífica”, o “simples peso dos fatores econômicos”, pois esse ideal arrasta objetivamente para trás, do capitalismo monopolista para o capitalismo não monopolista, e é um engano reformista.”

Essencialmente o erro está em não buscar as raízes do imperialismo, do monopólio e do capital financeiro. Lênin responde: “Admitamos que sim, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, poderia desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que gera o monopólio. E os monopólios já foram gerados, e justamente da livre concorrência!”

Em resposta a teoria de Kautsky do ultraimperialismo, o grupo discutiu a partir da leitura do trecho de Kautsky: “Não poderá a política imperialista atual ser suplantada por outra nova, ultraimperialista, que, em vez da luta dos capitais financeiros entre si, estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Tal nova fase do capitalismo, em todo caso, é concebível. A inexistência de premissas suficientes não permite resolver se é realizável ou não.”, e a partir da leitura da resposta de Lênin: “Basta colocar a questão de maneira clara para que se torne impossível dar uma resposta que não seja negativa. Isso porque, no capitalismo, é inconcebível outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias etc., além da força de quem participa da divisão, a força econômica geral, financeira, militar etc. Mas a força dos que participam da divisão não se modifica de forma idêntica, visto que no capitalismo é impossível o desenvolvimento igual das diferentes empresas, dos diferentes trustes, dos setores da indústria e dos países. Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância, comparando-se a sua força capitalista com a força da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão, se o compararmos com a Rússia. Será “concebível” que ao longo de dez ou vinte anos permaneça invariável a correlação de forças entre as potências imperialistas? É absolutamente inconcebível.” De fato, as forças dos diferentes países se modificaram ao longo de um século desde a escrita do texto. A principal modificação foi no domínio dos EUA, especialmente no pós-guerra, e mais recentemente o crescimento da China, colocando esses dois países em rota de colisão.

Com isso, a discussão concluiu ressaltando os acertos das análises de Lênin sobre o problema do imperialismo ao mesmo tempo em que respondia à tendência predominante no interior do movimento operário da época, a linha reformista da social-democracia, encabeçada por Kautsky.

No dia 27/06, o grupo de estudos encerrou os estudos do semestre com o último capítulo do livro, “O lugar do imperialismo na história”. Vale notar que esse encontro de fechamento foi adiado duas vezes: a primeira, para garantir a participação na manifestação contra o PL1904, que aumentava a pena para casos de aborto e restringia os casos de aborto legal, afetando principalmente as crianças vítimas de estupro; a segunda, para garantir a participação na manifestação contra as privatizações em São Paulo e o governo Tarcísio. A relevância desses adiamentos está em que é parte das discussões do grupo de estudos a importância da intervenção prática na luta de classes, da união entre a teoria e a prática.

Após os informes das lutas e balanço dos atos, iniciou-se a discussão desse capítulo conclusivo, onde Lênin vai mostrar que a fase imperialista do capitalismo, que é por sua essência econômica a fase do capital monopolista, nasce justamente da livre concorrência capitalista. Foi discutido que é fundamental entender esse ponto para se compreender que é um erro crasso criticar os males do imperialismo defendendo um capitalismo menos nefasto, com características típicas de sua fase anterior, a da livre concorrência. Nossa tarefa é a de fazer a roda da história girar para frente, não para trás, entendendo que o imperialismo é o capitalismo agonizante e “é a transição para uma estrutura econômica e social mais elevada”.

Discutiu-se as características principais do capitalismo monopolista destacadas por Lênin: 1) o monopólio é um produto da concentração da produção em um grau muito elevado do seu desenvolvimento; 2) os monopólios conduziram ao controle das mais importantes fontes de matérias-primas; 3) os monopólios surgiram através dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro; 4) os monopólios nasceram da política colonial. Ressaltou-se na discussão o capital financeiro, o controle das matérias-primas e a política colonial, pois são as peças fundamentais para entender a guerra comercial e as guerras bélicas de dominação que estão acontecendo como parte da luta imperialista por uma nova partilha do mundo. Se não compreendemos estes pontos, não conseguimos entender que o imperialismo é o capitalismo parasitário, é o capitalismo em estado de decomposição.

A discussão também destacou a passagem onde Lênin diz que “a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for in-

dissolvelmente ligada à luta contra o oportunismo”. Isso porque estamos vendo um verdadeiro genocídio do povo palestino e a necessidade de uma frente única anti-imperialista latente, mas não se tem erguido uma luta massiva nas ruas em defesa dos palestinos pelas direções dos sindicatos, centrais sindicais e dos movimentos sociais, que fazem a sua defesa apenas em palavras, quando não a omitem para evitar desgaste eleitoral diante da imensa massa de evangélicos que são arrastados para a defesa do Estado sionista, além de expressar o seu governismo, já que o impulsionamento das lutas levaria a choques entre as massas e o governo burguês de frente ampla de Lula. Esses aspectos conjunturais foram discutidos para dar substância aos marcos teóricos que Lênin desenvolveu em seu livro.

A conclusão da discussão foi a da importância da construção da direção revolucionária, que dirija as massas no caminho da superação do capitalismo e a edificação do socialismo.

Nesta edição:

França: Declaração do CERQUI – Balanço das eleições na França

Palestina: É urgente retomar o movimento de massa e pôr em pé uma frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária

Bolívia: O perigo dos golpes militares e a inviabilidade da democracia burguesa

Argentina: Agrava-se a crise econômica e política

Entrevista: A crise mundial do capitalismo tendências bélicas e luta de classes

Trotsky: O caráter de classe do Estado soviético; A nova Constituição da URSS; A Quarta Internacional e a União Soviética

CERQUI Internacional

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI)

Balanço das eleições na França

A tarefa é lutar pela independência de classe do proletariado

10 de julho de 2024

No domingo, 7 de julho, ocorreu o segundo turno das eleições para a Assembleia Nacional, convocadas antecipadamente por Macron após sua grande derrota eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu.

As pesquisas garantiram que o Reunião Nacional (RN), de extrema-direita, triunfaria como no primeiro turno, o que se expressaria na maioria dos assentos e na força para formar um governo. Todos ficaram surpresos pelo terceiro lugar no segundo turno. Ficaram mais surpresos ainda com a vitória da esquerda da Nova Frente Popular (NFP), que conquistou 182 assentos. A participação eleitoral foi a mais alta desde 1981, 67,1%. Embora não tenha se expressado em assentos, a Reunião Nacional foi a força mais votada. Nenhuma força política terá maioria na Assembleia, são necessários 289 assentos para alcançá-la.

A pesada derrota do governo de direita de Macron e seu partido deveu-se ao cansaço com as políticas aplicadas por seu governo, caracterizadas por sua submissão aos interesses dos EUA e sua orientação belicista e pró-sionista, ao seu avanço contra os direitos da maioria, o que se expressou eleitoralmente nessa potenciação circunstancial da esquerda reformista e também no crescimento eleitoral da extrema direita.

A direita foi golpeada. Poucos dias antes, os conservadores no Reino Unido sofreram uma derrota esmagadora. No entanto, não

podemos perder de vista o fato de que a extrema direita teve um crescimento significativo, dos 89 assentos que tinha para os 143 agora conquistados.

O imperialismo se preocupa com as consequências desse resultado: o New York Times aponta que a França caminha para o “marasmo político, para a instabilidade”, que “foi o resultado do acordo da Frente Popular e da aliança de Macron de retirar 200 candidatos de ambas as forças para não competir entre si e impedir que a extrema direita triunfe”. Diz que “não está claro como será governado e quem o fará”.

A CNN foi mais contundente: “as águas estão mais turvas do que em décadas”, “tudo é incerto”, “ameaça de anos turbulentos pela frente”, “a política francesa está agora mais desordenada do que antes”, “há um mês o NFP não existia”, “não está claro se esta coalizão ampla e potencialmente turbulenta será mantida”, “esta hidra de várias cabeças não fala uma única voz”, “divergências sobre a economia e a política externa podem transbordar”, as demandas da esquerda “colidem com as regras fiscais da UE” ... Seu desencanto com o resultado das eleições é evidente.

Mélenchon, da França Insubmissa, conquistou o maior número de assentos dentro da Nova Frente Popular (NFP), superando o Partido Socialista, os Verdes e ao Partido Comunista, apoiados por alguns sindicatos. Disse que “Macron tem o dever de nomear



um primeiro-ministro da coalizão de esquerda” e “se recusaria a entrar em negociações com o presidente” e que poderia governar por decreto para evitar moções de censura na Assembleia. Por sua vez, o Partido Socialista não quer que Mélenchon ocupe esse lugar. Dezenas de milhares saíram para celebrar o triunfo e até mesmo o ato de Mélenchon (França Insubmissa) foi encerrado cantando a Internacional.

A crise política vai piorar. Conseguiram impedir o triunfo eleitoral da extrema direita neste caso, devido aos acordos oportunistas entre Macron e o NFP, mas as divergências entre Macron e a esquerda e dentro da esquerda triunfante são muito grandes. Mas acima de tudo não há como conciliar as aspirações de milhões de jovens e trabalhadores, suas lutas, suas mobilizações, suas reivindicações, com a política de defesa do regime capitalista que esta Frente expressa.

É necessário combater desde já todas as ilusões, todos os enganados, é necessário deixar claro que o partido pequeno-burguês de Mélenchon (França Insubmissa) serve à política burguesa. A tática da frente popular é de orientação estalinista. A França tem uma longa experiência desse tipo de frente com partidos da burguesia, nove décadas! A aliança com o Partido Socialista é uma clara traição à independência política da classe operária e dos oprimidos. Embora hoje o Partido Comunista seja uma sombra do que foi no passado (um dos mais fortes do mundo ao lado do PC italiano), sua política está presente. Todas as experiências de frente popular na França e no mundo terminaram em derrotas dolorosas para os trabalhadores.

É uma esquerda reformista, burguesa, que não questiona a grande propriedade privada dos meios de produção, nem o regime de dominação do capital. A luta pelo aumento do salário mínimo, a limitação dos preços de alguns alimentos, da energia e a eliminação da reforma da previdência causarão choques com a política da Frente, uma vez que a tendência da burguesia é a de continuar avançando contra os direitos dos trabalhadores.

O apoio à OTAN e a posição diante do genocídio israelita contra o povo palestino também entrarão em conflito. A aliança com Macron está a serviço da orientação imperialista de subordinação à estratégia de guerra dos EUA contra a Rússia e a China, e de esmagamento do povo palestino.

Nos próximos dias o novo governo terá de ser resolvido e veremos mais claramente como a crise continuará a se manifestar. O triunfo da esquerda gera ilusões em seus eleitores e vai provocar pressão para que cumpra suas promessas eleitorais. Não se contentarão em ter impedido a extrema direita de chegar ao governo.

A incapacidade de atender minimamente às expectativas acabará catapultando a extrema direita para o governo.

Por ora, esse triunfo eleitoral da Frente Popular e da aliança de Macron serviu para deter a extrema direita, serve para sustentar formas democráticas de dominação. Quanto tempo vão durar dependerá da sua capacidade de reverter as políticas desenvolvidas por Macron.

Trotsky no Programa de Transição adverte que “a política conciliatória praticada pela ‘Frente Popular’ condena a classe operária à impotência e abre caminho para o fascismo. Frentes Populares, por um lado, fascismo, por outro: estes são os últimos recursos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. De um ponto de vista histórico, no entanto, esses dois recursos são apenas paliativos. A decomposição do capitalismo continua... Somente a derrubada da burguesia pode abrir uma saída.”

As eleições expressaram a profunda crise de liderança da classe operária. O fator principal é a ausência do partido revolucionário que expresse conscientemente as enormes lutas que as massas vêm protagonizando nos últimos anos com mobilizações multitudinárias em solidariedade à Palestina, com a fenomenal resistência à reforma da previdência, com várias greves gerais, com as mobilizações dos produtores agrícolas e seus piquetes etc. Essas ações só podem encontrar uma saída lutando pelo poder político da classe operária, derrubando o Estado, liquidando a burguesia imperialista francesa que expressa a decadência capitalista. Com essa política, havia que intervir nas campanhas eleitorais.

Os inúmeros agrupamentos de esquerda que se reivindicam trotskistas mostraram sua incapacidade para combater a frente popular e sua política burguesa de aliança eleitoral com Macron em nome da luta contra a extrema-direita de Le Pen (RN). Não lutaram contra a direita e a ultradireita com respostas às guerras, sob bandeiras como o desmantelamento da OTAN, a expulsão das bases militares dos EUA na Europa, o fim do genocídio em Gaza etc.

Não é com a política dessas correntes que a tendência geral da burguesia pode ser derrotada. O caminho é o da mobilização popular, da luta de classes, da greve geral, do fim da dominação da burguesia, da ruptura com a OTAN e acabar com todo o militarismo. Diante da falência e decomposição capitalistas, devemos lançar a única resposta, a única saída para os oprimidos, a revolução social, o governo dos operários, o socialismo, lutar pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Nisto consiste a independência política da burguesia. Este é o caminho marcado pelo Programa de Transição da Quarta Internacional, Internacional que estamos reconstruindo a partir da CERQUI.

Palestina

É urgente retomar o movimento de massa e pôr em pé uma frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária

14 de julho

O Manifesto abaixo foi distribuído no ato de 3 de julho, em São Paulo. Dez dias depois, no dia 13, o Estado sionista bombardeou o “campo de deslocados” em Khan Yunis matando 90 e ferindo mais 300 palestinos. A esse campo de concentração, o governo Netanyahu denominou de “Zona Humanitária”. Sob a justificativa de realizar uma caçada ao dirigente do Hamas, Mohamed Deif, a burguesia sionista provocou mais uma carnificina. Dois dias antes, dia 10, as forças militares israelenses havia atacado a Cidade de Gaza e invadido a sede da UNRWA, um centro educacional da ONU, assassinando cerca de 30 crianças e mulheres. No dia 11, os hipó-

critas do G-7 pediram cuidados ao governo de Israel quanto ao impulso aos assentamentos judeus na Cisjordânia. O cínico Biden requentou a notícia de que havia emitido sanções contra colonos. A anexação da Cisjordânia é um fato mascarado pela existência de uma Autoridade Palestina serviçal do imperialismo.

A destruição na Faixa de Gaza e a montanha de mortos fazem parte do objetivo colonialista do Estado de Israel, que necessita anexar todo o território palestino, contando para isso com o apoio econômico, político e militar dos Estados Unidos e aliados. Esse

quadro catastrófico continua a sua marcha ascendente devido ao refluxo do movimento de massas mundial.

As direções que no início da invasão da Faixa de Gaza se empenharam em realizar protestos em toda a parte recuaram à espera de um acordo ditado pelos Estados Unidos que passaram a jogar com a bandeira de um Estado palestino. Passaram a esperar iniciativas de governo burgueses que condenaram os bombardeios contra civis, mas que se limitaram, em sua grande maioria, a fa-

zer o jogo de um cessar-fogo a ser administrado pela ONU, que é uma cova de bandidos imperialistas, orquestrada pelos Estados Unidos.

O Partido Operário Revolucionário tem se dedicado a constituir uma frente única anti-imperialista, capaz de erguer uma direção de fato comprometida com as bandeiras de fim do genocídio, retirada imediata das tropas invasoras israelenses e direito a auto-determinação do povo palestino.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Reorganizar o movimento como uma poderosa frente única anti-imperialista

3 de julho de 2024

O Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados imperialistas se viram diante de uma gigantesca mobilização internacional logo que se iniciou a ocupação militar na Faixa de Gaza e a matança. O movimento de massa, com seus protestos de rua, boicotes e denúncias dos governos que se colocaram pelo apoio aos bombardeios e à invasão militar na Faixa de Gaza, surpreendeu as potências, que se valeram da bandeira do direito de Israel se defender contra o terrorismo do Hamas para justificar o genocídio que se iniciava.

As manifestações nos Estados Unidos e na Europa imediatamente se chocaram com os governos que se alinharam por detrás dos objetivos do Estado sionista de responder à operação do Hamas de 7 de outubro de 2023. Estava claro que a ocupação militar indicava que haveria um massacre da população desarmada e des-preparada para a resistência.

Os protestos cresceram e inúmeros governos passaram a condenar os ataques das Forças de Defesa de Israel à população. Na ONU, estabeleceu-se uma divisão entre os países favoráveis ao prolongamento da intervenção de Israel e aqueles que pediam um cessar-fogo e ajuda humanitária. As várias reuniões do Conselho de Segurança e do plenário da ONU evidenciaram que as discussões e decisões não tiveram o valor prático para interromper a continuidade do genocídio e conter os objetivos colonialistas do Estado sionista.

Alguns governos romperam relações diplomáticas, econômicas e militares com Israel. Foi uma minoria que fez a denúncia com essas medidas. O Brasil teve um conflito diplomático, mas não fez com que Lula fosse capaz de assumir um rompimento, como fez o governo da Colômbia. O fato de a maioria que critica a carnificina não se dispor a romper laços econômicos e militares com o governo de Israel, sem dúvida, favoreceu e favorece a continuidade da tragédia palestina. Cada governo responde à sua burguesia interna e às pressões do imperialismo, em particular às dos Estados Unidos.

O caso do Brasil põe às claras as contradições que condicionam a posição do governo Lula. Seguindo a tradição do PT, Lula foi obrigado a condenar o genocídio e a trabalhar na ONU por uma solução negociada com os Estados Unidos. Ocorre que na burguesia brasileira é hegemônica a posição pró-sionista. Inclusive tem influência nas próprias instituições militares e policiais.

A esperança de acabar com a guerra por meio da ONU, portanto, pela via da diplomacia, foi desfeita recorrentemente pela ação norte-americana. E, quando os Estados Unidos resolveram apresentar uma resolução de cessar-fogo e o Conselho de Segurança aprovou, de nada adiantou. Todos sabiam que se tratava de uma grosseira manobra do imperialismo, nas condições de disputa eleitoral nos Estados Unidos entre Biden e Trump. Os bilhões de dólares e os carregamentos de armas entregues ao Estado sionista

eram uma prova material de que nada de substancial seria feito para conter a fúria genocida do governo Netanyahu. A teatralização do processo de condenação de Netanyahu por crime de guerra no Tribunal Penal Internacional, a pedido da África do Sul, completou a ópera bufônica, burlesca, diante da total ruína da Faixa de Gaza e das pilhas de mortos, dentre elas as formadas por milhares de crianças.

A denúncia dos governos que se colocaram no campo da guerra sionista contra o povo palestino não chegou sequer a ser feita como exigia e exige a situação catastrófica das massas palestinas. Os Estados Unidos foram censurados em algumas situações, mas não combatidos como partícipe direto e fundamental do genocídio. E os governos que se disseram horrorizados com a matança e pediram que a ONU promovesse a ajuda humanitária e intervisse em favor de um cessar-fogo cumpriram o papel de alimentar a ilusão de que a aliança imperialista que apoia o Estado sionista poderia evitar a carnificina. Entre os hipócritas do humanitarismo esteve e está o governo Lula. Teve a oportunidade de romper todas as relações com Israel quando os sionistas armaram uma campanha contra sua correta declaração de que o povo palestino estava passando por uma tragédia como passaram os judeus no holocausto nazista. Essa experiência põe à luz do dia a necessidade absoluta de denunciar os governos que em palavras se colocaram contra o genocídio, mas na prática mantiveram relações internacionais com Israel e não rechaçaram as manobras do governo Biden. A

A bandeira de rompimento dos governos com o Estado sionista somente tem vigência se o movimento das massas se erguer contra a subserviência governamental diante dos Estados Unidos. Em geral, os governos que lamentam as mortes que se aproximam dos 40 mil e que se dizem horrorizados com a matança de crianças, mulheres e velhos estão subordinados à fração burguesa hegemônica que jamais romperá com os Estados Unidos, para se colocar na defesa do povo palestino.

Biden e aliados não tiveram como manter o apoio à intervenção de Israel na Faixa de Gaza sem se apresentarem como quem está por um acordo de finalização da guerra e da constituição de um governo que não seja o do Hamas. Arrancaram do fundo do baú a bandeira de dois Estados. Na Cisjordânia, as forças armadas, a polícia e as milícias de colonos judeus mataram 556 palestinos sem que o governo da Autoridade Palestina reagisse no sentido de unidade com a Faixa de Gaza para barrar a ofensiva colonialista.

Está para completar 9 meses de guerra. Os últimos acontecimentos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e na fronteira do Líbano mostram que o perigo de extrapolar a guerra para todo Oriente Médio permanece. Parte da região já se encontra potencialmente em confronto com Israel, como demonstra a resistência do Líbano, Síria, Iêmen e Irã. É obrigatório, portanto, evidenciar que o genocídio na Faixa de Gaza faz parte dos conflitos mais gerais no Oriente

Médio e da escalada militar mundial que se alimenta da guerra na Ucrânia e da disputa dos Estados Unidos com a China na forma de guerra comercial.

Esse quadro geral indica que a tendência é de agravamento dos antagonismos no Oriente Médio, que foram se potenciando desde a primeira guerra mundial, desmoronamento do Império Otomano e avanço do domínio imperialista. Tendo claro o percurso histórico que levou à implantação forçada do Estado sionista na Palestina, se pode concluir que a emergência da atual crise no Oriente Médio exige uma resposta da classe operária e da maioria oprimida. Nenhuma fração da burguesia e nenhum de seus governos têm como se levantar contra a dominação imperialista e o respectivo Estado sionista de Israel.

O movimento das massas em todo o mundo – e em especial a mobilização da juventude de classe média nas universidades dos Estados Unidos – se dirigia contra a opressão imperialista. Mas não teve como se firmar por esse caminho devido à ausência de uma direção revolucionária que desse expressão à luta de classes na forma e conteúdo de uma frente única anti-imperialista. A direção ou direções do movimento pelo fim do genocídio se mostraram adaptadas às manobras das forças burguesas, seja diante dos governos burgueses que condenaram o genocídio, seja diante das manobras dos Estados Unidos e aliados. Sem uma direção classista e revolucionária, as forças da inércia foram se impondo. O movimento mundial está diante de um impasse, ou retoma o curso das mobilizações iniciais e dá um salto à frente, ou acabará cedendo terreno às imposições do imperialismo.

No Brasil, o movimento se destacou dentre os países da América Latina. Os sinais da inércia foram ganhando espaço na medida em que não avançava a mobilização mundial e internamente as direções sindicais e políticas contrárias ao genocídio ficaram submetidas aos passos dados pelo governo Lula. Desde as primeiras manifestações, foi colocada a necessidade de independência política diante da burguesia e dos governantes. O que implicava lutar sob o programa do proletariado que encarna a luta pela autodeter-

minação das nações oprimidas como parte da luta pelo socialismo.

A crise mundial do capitalismo, que se reflete nas guerras de dominação e na escalada militar, põe às claras o programa da revolução social. Somente com esse programa o povo palestino e os demais povos oprimidos do Oriente Médio têm como combater a dominação imperialista. Próximo aos 9 meses da guerra na Faixa de Gaza, se tem o recrudescimento da ocupação sionista e um recuo do movimento mundial de defesa do povo palestino. Essa contradição deve ser resolvida com o reerguimento do movimento das massas e constituição da frente única anti-imperialista. É obrigatório que os comitês de defesa do palestinos faça uma avaliação do porquê a força da inércia está comprometendo o combate pelo fim do genocídio e pela autodeterminação do povo palestino.

O Partido Operário Revolucionário, desde as primeiras horas da guerra, concentrou suas forças em organizar uma frente única anti-imperialista, sob a direção e a política da classe operária. Levantou a bandeira da constituição de uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Cabe à vanguarda com consciência de classe potenciar essa linha revolucionária, de forma a superar a política das direções que vêm subordinando o movimento às manobras dos governos contrários ao genocídio e sucumbindo às pressões dos Estados Unidos.

Pelo fim imediato da ocupação sionista da Faixa de Gaza!

Pela unidade do povo palestino sob a bandeira da autodeterminação!

Pelo constituição de uma frente única anti-imperialista!

Que o governo Lula rompa as relações econômicas e militares com o Estado sionista!

Reorganizemos o movimento de massas sobre a base da independência política e da estratégia da República Socialista da Palestina!

Bolívia

O perigo dos golpes militares e a inviabilidade da democracia burguesa

14 de julho

Os politiquieiros, a imprensa burguesa, os analistas políticos da burguesia, depois do susto que tomaram diante da descabelada tentativa de golpe militar do general Zúñiga (todos, assustados, apressaram-se a condenar o golpe, chamando à “defesa da democracia burguesa”), voltaram agora à suas disputas, envolvidos em saber se foi um golpe fracassado ou um autogolpe montado pelo próprio governo para renovar sua popularidade, como disse o militar no momento de ser preso. Uma hipótese difícil de imaginar: que Zuñiga e todo o Alto Comando das Forças Armadas decidissem se sacrificar para que Arce recupere popularidade.

Por outro lado, há as consequências dessa tentativa golpista na economia. A imagem do país no mundo financeiro é de grave instabilidade política e debilidade do governo, o que faz com que as possibilidades de financiamento de novos créditos, investimentos e colocação de novos títulos do BCB no exterior e no país sejam reduzidas. No mercado interno, houve um aumento no preço do dólar paralelo, que provoca o aumento dos preços dos produtos importados.



É, portanto, pouco crível que isso tenha sido algo concertado pelo governo com os militares insurrecionais para agravar a crise econômica que está estrangulando a governabilidade de Arce, que procura manter uma difícil estabilidade econômica no país.

Mas, além dessa discussão entre as correntes políticas burguesas determinadas a se destruir na ânsia de tomar o poder, o acontecimento vem a ser a confirmação de nosso prognóstico no sentido de que não é possível que uma democracia burguesa robusta floresça nas condições de atraso, miséria generalizada e incapacidade da burguesia nativa de resolver os problemas estruturais do país. Isso fecha o caminho para golpes militares.

As Forças Armadas são parte fundamental do aparato repressivo do Estado para a proteção da ordem social burguesa. Portanto, constituem uma peça-mestre da política boliviana, convertida em árbitro da política, devido à inviabilidade da democracia como forma de governo do Estado burguês submetido ao imperialismo. As tentativas democrático-burguesas fracassam invariavelmente como caricaturas grotescas da democracia e se esgotam rapida-

mente as ilusões que outrora foram capazes de suscitar nas massas.

Os governos civis, “democraticamente” constituídos pelo voto popular, forçados a escolher entre o lixo político partidário burguês e o “mal menor”, ou o melhor impostor disfarçado de reitor dos oprimidos, a primeira coisa que fazem, para garantir a estabilidade, é controlar a hierarquia militar e nomear um Estado-Maior leal ao governo. Fidelidade que não é gratuita, mas baseada na troca por cargos e sinecuras.

Zúñiga se insubordinou e tentou assumir o governo, reclamando do presidente, porque sentiu que Arce pagou sua lealdade com “desprezo”, por ter decidido nomear um novo Alto Comando Militar. É por isso que o gorila embarcou na aventura golpista sem obter o apoio de todas as Forças Armadas e sem o endosso da embaixada dos EUA.

A democracia e o fascismo são formas governamentais de ditadura burguesa. Mas a adoção de uma ou outra forma de governo não pode ser imposta arbitrariamente à vontade dos políticos ou dos militares, depende do desenvolvimento da luta de classes. Em condições de intensificação dos conflitos sociais que ameaçam desbordar os instrumentos legais democrático-burgueses, colocando em risco a ordem social burguesa, não faltará o reacionário que, mediante um golpe de Estado, instaure uma ditadura militar para sufocar a luta popular e impor a paz do garrote. Tampouco o reacionarismo militar pode ser imposto em qualquer circunstância, como aconteceu com a tentativa do general Zúñiga. Apesar da cha-

cota politicagem e do crescente mal-estar social, as massas, na ausência da presença física do proletariado com sua própria resposta revolucionária, estão presas em meio à politicagem, preocupadas em obter o sustento diário para suas famílias na economia informal devido à falta de fontes de trabalho.

A resposta ao perigo latente de uma ditadura militar não está no desenvolvimento de uma democracia sólida que, insistimos, não pode ocorrer nas condições do país capitalista atrasado, que é a Bolívia, mas no poder político do programa revolucionário do proletariado que, encarnado na luta dos explorados e oprimidos, será capaz de conquistar as tropas e parte dos oficiais das Forças Armadas, anulando o poder de fogo do exército e virar suas armas contra os exploradores.

Assim, o proletariado, junto com as maiorias oprimidas, derrotou o exército da oligarquia em abril de 1952. Assim, nos anos 80 e 90, o POR foi capaz de constituir a corrente revolucionária VIVO ROJO dentro do exército.

A esquerda reformista negou a existência da VIVO ROJO, e as massas mobilizadas contra o fracasso retumbante da UDP (Unidade Democrática Popular), imbuídas do preconceito de que todo homem uniformizado é um reacionário, tampouco acreditaram que pudessem existir militares revolucionários.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2795, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Agrava-se a crise econômica e política

A catástrofe social se aprofunda

14 de julho

O desemprego oficial aumentou para 7,7% no primeiro trimestre (5,7% no registro anterior) e afetou 1,7 milhões de pessoas em todo o país. É preciso somar os trabalhadores “subempregados”, que, segundo o Indec, são 10,2%. Esses dados serão piores no segundo semestre. Segundo dados oficiais, 280 mil empregos foram perdidos em três meses, dos quais 100.000 estão registrados e os demais são informais ou monotributistas.

Esses cálculos refletem muito parcialmente o problema da desemprego, porque são calculados sobre uma população economicamente ativa de 14,2 milhões de pessoas de um universo de 29,6 milhões (48%). Isso significa que mais da metade não está procurando trabalho, mostrando um desemprego crônico, estrutural, que cresce há muitos anos e piorou nos últimos meses.

Dos 13,1 milhões de trabalhadores empregados, 9,8 milhões são assalariados e o restante, que é a maioria são “autônomos”. A grande maioria dos monotributistas são trabalhadores precários, sem cobertura médica. No primeiro semestre do ano, mais de 300.000 novos trabalhadores desempregados. Nos primeiros 4 meses do ano, foram encerradas 340 mil contas bancárias, onde os salários são creditados.

Ao desemprego e ao subemprego, devemos acrescentar dezenas de milhares de trabalhadores suspensos devido à queda acentuada da produção. E o novo contingente de trabalhadores vem sendo demitidos, como parte do ajuste.

O desemprego tornou-se o principal problema para a maioria, ainda mais do que a inflação. A pobreza cresce. A Universidade Católica Argentina estimou que no primeiro trimestre de 2024 a pobreza afetou 55,5% da população, enquanto a miséria aumentou para 17,5%. “No primeiro trimestre de 2024, 24,9 milhões de pessoas, que residem em áreas urbanas do país, estariam na situação de pobreza (abaixo da Cesta Básica Total), entre os quais, 7,8 milhões em estado de extrema pobreza ou indignidade (por exemplo abaixo

da Cesta Básica Alimentícia). Estes indicadores serão piores no o segundo trimestre do ano.

Para nós, a pobreza ultrapassa 90% da população, porque tomamos como referência o custo da cesta familiar, que inclui o custo do aluguel e outros itens não incluídos na cesta básica. Os alugueis, cujos valores foram divulgados, consomem grande parte do salário do trabalhador. Não pode ser omitido do cálculo da cesta.

Uma característica do empobrecimento é a queda acentuada do consumo, como consequência da queda do poder de compra. Como já salientamos, o consumo de pão, leite e carne cai drasticamente. Mas a venda de medicamentos, entre 9 e 10 milhões de unidades a menos do que no ano passado, incluindo os prescritos.

Assim como cresce a pobreza, cresce a riqueza de uma minoria que continua ganhando em qualquer crise.

O discurso do governo é que conseguiu “baixar” a inflação, que ele próprio causou com a desvalorização monumental do peso em dezembro. A realidade é que os preços dos produtos essenciais continuam a subir, não com a mesma intensidade como entre novembro e março, mas continuam a aumentar e a corroer o poder de compra da população.

A nova subida dos preços dos combustíveis afeta o restante das mercadorias. Afetarão igualmente os novos tarifas que se vêm postergando, bem como os aumentos da telefonia e internet, que continuarão liberados e a saúde pré-paga, que poderá sofrer aumento em sua fatura, o que afeta a maioria dos trabalhadores monotributistas que não possuem assistência social sindical. Além disso, a forte valorização do dólar nas últimas semanas levanta preocupações de que uma nova margem de preço se seguirá. Como sempre aconteceu.

Também é falso o discurso do governo de que “o pior já passou” e que “há indicadores de que a economia cresce novamente.”

Todos os indicadores econômicos reais mostram uma queda acentuada, exceto a agricultura e a exploração de hidrocarbonetos. Sem estes setores, a queda média do PIB é de 9%, sendo muito maior nos setores industriais.

A propaganda de que o governo conseguiu vários meses consecutivos de excedentes fiscais esconde o fenomenal crescimento da dívida pública em mais de 50 mil milhões de dólares. Esconde o fato de que os principais cortes nas despesas foram nas aposentadorias, nos salários do funcionalismo e nos orçamentos, paralisando obras públicas. Esconde também que a recessão provocada fez cair a arrecadação fiscal (15% em termos reais em relação a 2023) e não tem como enfrentar os vencimentos da dívida. Para sustentar o excedente fiscal, deveria fazer novos ajustes.

O objetivo mais importante do governo era mostrar que poderia fazer o ajuste, gerar superávit fiscal, comprar dólares e demonstrar que pagar a fraudulenta dívida externa. Esses números positivos deveriam aumentar o preço dos títulos da dívida externa, reduzir o chamado “risco país” e alcançar condições de refinanciar os vencimentos da dívida externa.

A realidade é que os exportadores agrícolas estão pressionado por uma desvalorização maior para poder liberar as exportações que estão retidas. Estão no nível mais baixo dos últimos 5 anos. É por isso que o governo não pôde comprar os bilhões de dólares que esperava.

Mas o governo não consegue repor as reservas do Banco Central. A dívida cresceu e mostra que o superávit fiscal não poderá ser sustentado, portanto o capital financeiro entende que a Argen-

tina caminha para inadimplência da dívida. Não poderá, portanto, cumprir com o pagamento da dívida. É por isso que ninguém lhe empresta um dólar. Os bancos estrangeiros, por isso, recomendam vender os títulos argentinos. Assim, volta a subir os riscos do país. De forma que a cotização do dólar dispara.

O governo ficou encurralado por sua própria política. O “campo” exige desvalorização para que entre dólares na colheita e sabe que, ao mesmo tempo que o dólar se desvaloriza, os preços subirão fortemente, e se acaba com uma penada o discurso de que pode controlar a inflação.

Essas são as razões pelas quais as “notícias positivas” da votação da Lei de Bases - depois de vários meses de idas e vindas, da renovação do empréstimo pela China, da aprovação do FMI do desembolso de 800 milhões de dólares para pagar a dívida com ele mesmo - não puderam ter um reflexo positivo nos sagrados “mercados”, que vêm aproximar-se uma tempestade financeira, que também será política.

Esse fracasso anunciado, apoiado por todas as frações burguesas, pela maioria dos governadores e legisladores, causou um rápido agravamento das condições de vida e de trabalho da maioria. Esse fracasso é o produto do esgotamento do capitalismo que nos empurra para a barbárie, a não ser que antes acabemos com ele.

Os oprimidos devem discutir como conquistar o poder expulsando a casta de parasitas, entreguistas, corruptos e incapazes.

(Extraído do Jornal Massas, nº 460, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Debate - TV A Comuna

Tema: a crise mundial do capitalismo, tendências bélicas e luta de classes

Publicamos a transição da entrevista à TV A Comuna, realizada no dia 20 de junho. O Partido Operário Revolucionário tem se esforçado em acompanhar passo a passo o desenvolvimento da crise mundial. A necessidade de responder aos acontecimentos como a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, bem como a escalada militar impulsionada pelo confronto econômico e comercial dos Estados Unidos com a China, exige uma orientação programática correspondente ao internacionalismo marxista-leninista-trotskyista.

Observação: Devido um problema de diagramação publicamos nesta edição apenas algumas das perguntas. No jornal Massas nº 720 publicaremos o restante.

Agradeço mais uma vez à TV Comuna poder falar de um tema de grande importância como é o da crise mundial do capitalismo e aos ouvintes. Certamente contaremos com perguntas e questionamentos dos ouvintes, o que é bom para esclarecer a discussão. Então boa noite a todos.

Sem dúvida todos os que estão nos ouvindo devem ter uma percepção de que a crise mundial está refletida em pelo menos três pontos fundamentais: a guerra na Ucrânia; a guerra na Faixa de Gaza e a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Esses são os três fatores que convergem e expressam as leis econômicas e políticas da crise capitalista mundial. Vimos alguns acontecimentos mais recentes, como por exemplo as eleições na Europa para constituir o Parlamento Europeu, onde as tendências ultradireitistas e fascistas ganharam terreno. Embora não tenham conquistado a maioria, houve um avanço de suas posições, e temos também um reflexo da crise que se espelha na disputa eleitoral nos Estados Unidos, onde está bem evidenciada a decomposição da chamada democracia norte-americana.

Esses foram os acontecimentos mais significativos. Agora mesmo, observamos a presença de Putin na Coreia do Norte

e este encontro vem suscitando a discussão sobre que caminho tomará a crise mundial, que caminho tomará o confronto que se passa na Europa, no Oriente Médio, e como que esse confronto se manifesta na Ásia oriental. Esse encontro levantou a questão da energia atômica, das armas atômicas. Em um determinado momento, na guerra da Ucrânia, o governo russo referiu-se à possibilidade de utilizar determinadas armas atômicas táticas. Então vemos que a OTAN discute e parece que já é uma decisão de retomar os postos de armas atômicas na Europa. Vejam que estamos diante de um quadro extremamente grave, considerando os choques que persistem há mais de 2 anos na Europa e 8 meses no Oriente Médio.

Envolvem um alinhamento Internacional que até então não se tinha desde o pós-Segunda Guerra Mundial. É um alinhamento de forças bem distinto de momentos de outras crises do capitalismo, porque o capitalismo tem passado por sucessivas crises depois da Segunda Guerra, desde a década de 1970, quando eclodiu um processo de volta das crises econômicas essa sucessão de crises que vão atingir várias partes do mundo, incluindo a própria crise asiática e as crises que abalaram até a América Latina, como a crise econômica do México. São crises

que não foram debeladas e se concentraram ainda mais a partir da crise de 2008 nos Estados Unidos, quando a maior potência mundial ela foi abalada por um choque muito grande das relações econômicas internas e com seus reflexos mundiais profundos, que levaram à recessão de 2009. Então vejam que é nesse marco de uma sucessão de crises que se originou essa guerra na Ucrânia, e em seguida veio a invasão da Faixa de Gaza.

Estes fatores, que convergem mundialmente para a crise, estão interligados por uma escalada militar sem precedentes das últimas décadas. Então o que está caracterizando a crise mundial hoje é o avanço do militarismo, o avanço da escalada militar, que está implicando um alinhamento que indica o perigo de uma guerra mundial. Não é que estejamos já à beira de uma guerra mundial, mas há indicadores de que, se esse choque permanecer por mais tempo e se a corrida armamentista proliferar ainda mais, há essa possibilidade. Há indicadores de uma situação de conflagração mais ampla, principalmente na Europa. Vejam que, no Oriente Médio, os Estados Unidos colocaram seus navios de guerra para evitar que a ocupação da Faixa de Gaza se transformasse em um confronto mais generalizado. Esse confronto inclusive esteve colocado quando o Estado sionista de Israel atacando na Síria a Embaixada do Irã colocou o dilema de uma resposta iraniana. Nesse momento, se discutiu se Israel e o Irã em confronto não desencadeariam um grande desequilíbrio no Oriente Médio. Essa tendência foi de certa maneira controlada. Para os Estados Unidos, é importante que haja um controle nos acontecimentos do Oriente Médio porque a importância estratégica se encontra na guerra da Ucrânia, e essa importância estratégica está no fato de que o imperialismo norte-americano e sua aliança europeia estão obstinadamente decididos a avançar sobre o território que anteriormente pertencia à União das Repúblicas Socialistas Soviética. Através dessa guerra na Ucrânia, se observam os interesses imperialistas em ocupar uma região muito importante economicamente, que, de certa forma, continuou em parte sendo controlada pela Rússia no processo de restauração capitalista. Então a guerra na Ucrânia, não por acaso, acabou aproximando a Rússia com a China, uma vez que a guerra comercial dos Estados Unidos com a China estava já implicando um rearmamento do Japão e uma corrida militarista, uma corrida militar na Ásia, onde envolve países como a Austrália, as Filipinas e a Coreia do Sul. Os Estados Unidos, através do acordo AUKUS, promovem a nuclearização dos navios de guerra na região

Então se vê que é um quadro bastante amplo em que a crise econômica mundial do capitalismo se manifesta na forma de conflito bélico. Quando um conflito bélico coloca potências capazes de desencadear uma guerra mundial, então se tem claramente os sintomas de que o capitalismo está vivendo um momento muito particular de sua desintegração. Isso tem a ver com as leis históricas e econômicas, porque a crise do capitalismo é uma crise estrutural. Essa caracterização foi demonstrada pelo marxismo-leninismo-trotskismo na Primeira Guerra Mundial. Lênin expôs com muita propriedade, com muita clareza, o caráter imperialista da época do capitalismo, que é do ponto de vista geral uma fase final marcada por guerras, revoluções e contrarrevoluções. Então, não se pode esperar uma estabilização do capitalismo na época imperialista. Quer dizer que a época imperialista é de conflitos constantes. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial evidenciaram a profundidade destrutiva a que podem chegar os choques entre as potências.

Nessas condições, se evidencia a lei histórica que é a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção: capitalismo na época imperialista, que é de domínio do capital

financeiro e do parasitismo econômico, consiste no momento que as forças produtivas se acham altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas na grande propriedade privada dos meios de produção e nas fronteiras nacionais impossibilitam a continuidade do avanço das forças produtivas. Quando essa lei econômica, histórica, se manifesta na sua plenitude, se coloca para as potências a destruição de parte das forças produtivas por meio das guerras, uma vez que as crises com estagnação e recessão não chega a esse ponto. Então se vê que a Primeira Guerra Mundial realizou uma primeira partilha do mundo, por meio da qual os Estados Unidos começaram a se projetar exatamente na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos saíram como a potência hegemônica, e hoje capitaneiam as tendências bélicas mundiais. Nota-se a necessidade dos Estados Unidos de fazerem com que a OTAN - que é seu braço armado, criado em função inclusive do choque entre o capitalismo e as forças revolucionárias que emergiram, da Revolução Russa - está sendo manejada pela aliança imperialista no sentido de um grande confronto. E nota-se que as reuniões que se fazem das cúpulas da OTAN são para decidir o aumento do armamentismo e para exigir maior investimento das potências europeias na produção de armas. E se tem uma grande projeção da indústria militar. A indústria militar passa a ter uma participação ativa no processo da crise mundial. E se verifica isto pelos grandes investimentos, são mais de 2 trilhões e 130 bilhões de dólares que vêm sendo aplicados agora neste último tempo para potencializar a indústria militar, a indústria militar concentrada em monopólios. Ao se movimentar em função das guerras, a indústria armamentista vai expressar justamente a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. É nesse momento que se verifica com toda a evidência como o capitalismo é um sistema esgotado. Esgotado porque não pode desenvolver as forças produtivas, que já estão altamente desenvolvidas e elas se chocam com as fronteiras nacionais. Vejam que as revoluções que abriram caminho para ir superando o sistema capitalista - as revoluções do século XX, principalmente a Revolução Russa e a Revolução Chinesa - foram combatidas pela via do cerco econômico e militar. E como a classe operária perdeu a sua direção, não chegou, não teve como superar as direções revisionistas, que abandonavam o internacionalismo proletário, os retrocessos na revolução, nas revoluções melhor dito, permitiram que o imperialismo nessa fase de desintegração potenciase ainda mais a possibilidade de uma guerra altamente destrutiva devido ao armamento atômico. Entendemos que esse é o quadro, o marco em que se coloca as características particulares deste momento convulsivo, momento particular da crise mundial.

Vejo que a crise não se processa somente pelas ações da burguesia, pelas divisões que ocorrem entre os estados nacionais, entre os governos. É fundamental entender e observar o problema da luta de classes. No caso da Ucrânia, ficou muito visível a ausência de um movimento que pudesse unir a classe operária

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

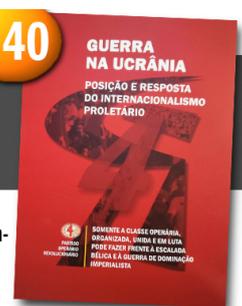
Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSIÇÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



na Europa para combater o imperialismo, o avanço do imperialismo que procurava e procurou sempre fazer um cerco, primeiro à União das Repúblicas Soviéticas contra o comunismo, e, depois, à Rússia em função do espaço econômico aberto pelo processo de restauração capitalista. Os monopólios, o capital financeiro, forçam passagem para ocupar posições na Eurásia, antes controladas pela URSS. Então você vê que esse conflito que surgiu aí neste momento, que é o um conflito que se procurou inicialmente administrar, foi impossível de evitar, uma vez que o imperialismo passou a exigir da Rússia que se curvasse, perdesse completamente a independência, que foi conquistada com a Revolução de Outubro. Então o imperialismo exige que tanto a Rússia quanto a China admitam a presença e a dominação imperialista de forma que tenham de renunciar a sua independência nacional.

Então se tem um grande conflito, um grande choque, que implica uma nova divisão do mundo, que já está esgotada depois de décadas após a Segunda Guerra Mundial. É necessária uma nova divisão do mundo, que tomou forma principalmente no âmbito do processo de restauração e finalmente de liquidação da URSS em dezembro de 1991. Essa movimentação é impulsionada pelo imperialismo por meio de guerras, e a classe operária, como eu havia dito, não teve possibilidade de se unir na Europa para derrotar a ofensiva do imperialismo e inclusive impor o direito à autodeterminação da Ucrânia, direito da autodeterminação que só seria possível se fosse uma Ucrânia revolucionária, se fosse uma Ucrânia em que a classe operária e os camponeses voltassem ao poder do Estado. Logo, certamente, teria havido um combate antirrestauracionista. Uma vez que essa possibilidade não se colocou, o que se estabeleceu foi um quadro de choque que possibilita a eclosão dessa guerra para a Europa.

Aí está um grande perigo e, como vimos nesses últimos acontecimentos, os Estados Unidos e a OTAN e todos os aliados europeus estão procurando reavivar uma guerra que praticamente já estava derrotada. Quer dizer, a Ucrânia já estava em um momento de quase incapacidade de impedir o avanço das tropas russas. Essa guerra só é mantida, avivada, devido à grande a grande participação das forças do imperialismo, caso contrário Zelensky não teria como com o seu exército enfraquecido realizar a “independência” da Ucrânia pela via da submissão às potências europeias.

Então se vê que este quadro europeu vai confluír-se com a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Nota-se que há uma confluência de fatores de crise, que já não são mais crises regionalizadas, são conflitos que em um determinado momento parecem regionalizados, mas suas raízes já são raízes da crise mundial, que, como eu a falei, se baseiam no choque entre as forças produtivas e as relações de produção. Então, o fato da classe operária não ter se unido e combatido a ofensiva do imperialismo em fazer o cerco à Rússia e combatido pela autodeterminação da Ucrânia permitiu que se potenciassse uma situação de guerra praticamente europeia.

No caso da Faixa de Gaza, houve um movimento que hoje está em refluxo, mas houve um movimento em grande escala internacional de defesa do povo palestino contra o massacre, contra o genocídio. Esse movimento teve um caráter anti-imperialista, embora suas direções procurassem não dar esse caráter anti-imperialista, inclusive os Estados Unidos são poupados, parece que estão à margem do combate pela defesa do povo palestino. Sabemos que a luta contra o imperialismo norte-americano é a condição para defender a autodeterminação do povo palestino. Então verificamos que o movimento anti-imperialista é um importante indicador do caminho que as massas vão tomar diante da crise mundial.

Cabe à vanguarda revolucionária, portanto, compreender o momento dessa crise e compreender esse momento dessa crise tendo um objetivo claro de como reconstituir as direções revolucionárias que foram praticamente varridas. As direções revolucionárias se desintegraram em função do processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, da destruição da Terceira Internacional pelo revisionismo estalinista e, em seguida, da dissolução da Quarta Internacional, que apresentava um caminho da luta pela revolução política e pela reconquista do terreno que vinha sendo perdido pelas revoluções. O fato da Quarta Internacional se dissolver, também baseado no problema da crise direção, a classe operária não tem hoje a sua Internacional, e esse é um grande problema quando estamos diante de uma crise tão profunda do capitalismo. Basta lembrar a história das internacionais para se ver que a Primeira Internacional vai se erguer em função da luta de classes a partir de meados do século XIX. A Segunda Internacional teve uma importância no início do século XX, mas acabou sendo também decomposta pela posição do revisionismo. E, depois, a Terceira Internacional - a mais avançada de todas, porque se assentava na revolução social, na conquista do poder pelo proletariado e na construção da URSS, que foi uma grande vitória da classe operária na luta pelo internacionalismo proletário - acabou tragicamente sendo liquidada por ordem de Stálin. Então se vê que ausência dos partidos revolucionários no mundo é um reflexo da ausência da luta pela reconstrução de uma nova internacional que só pode ser a Quarta Internacional, do ponto de vista do Partido Operário Revolucionário.

Nós entendemos que a Quarta Internacional se desintegrou sem ter feito nenhuma traição. A Quarta Internacional se desintegrou por sua direção pequeno burguesa incapaz de aplicar o Programa de Transição. Então temos a tarefa de construir os partidos nacionais como seções da Quarta Internacional Por isso que discutir a crise mundial hoje é discutir a superação da crise de direção, porque o programa da classe operária para esse momento de crise tem suas bases estabelecidas já na Revolução Russa. A revolução russa que permitiu toda uma formulação sobre a etapa do capitalismo no imperialismo em decomposição tem todos os fundamentos programáticos estabelecidos - a estratégia e a tática baseadas na luta de classes etc. Então se trata de superar o estilhaçamento das correntes que continuam presas ao centrismo, ou agarradas no sectarismo, ou ainda subordinadas ao democratismo burguês. Sem se discutir a crise de direção, não se pode discutir seriamente a crise mundial, porque essa é uma crise das mais profundas com repercussão no futuro e que avaliamos que esse futuro seja um futuro cada vez com mais conflitos e choques e não o contrário. Então, a luta revolucionária para derrotar o imperialismo é uma luta em defesa do socialismo, do comunismo. Coloca-se plenamente o programa da revolução social. Então essa seria a primeira consideração e desculpe se me alonguei.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Pergunta: Onde está a classe operária Europeia? Será que o fantasma que rondava a Europa era apenas um fantasma e não assusta mais o capital? Eu vou colocar mais uma pergunta deste camarada: não teríamos que rever a condição de sujeito revolucionário atribuído ao proletariado já que ele hoje não luta mais nem contra a exploração, mas está desesperado por emprego, por ser explorado?

A crise de direção revolucionária suscita pensamentos como esse, formulações como essa de que a classe operária já não é mais a classe revolucionária. Essa é uma incompreensão do que se passou na história em termos de destruição das conquistas revolucionárias. A classe operária sofreu uma grande derrota com a destruição da União das Repúblicas Soviéticas em 1991 e também está sofrendo uma grande derrota com o processo de restauração capitalista na China. As vitórias que o imperialismo obteve - que são vitórias momentâneas, embora os seus efeitos possam durar - traz essa ideia de que já não se tem possibilidade da revolução. Aqueles que defendem que não tem mais a classe operária como “sujeito histórico”, que ela não é mais a força motriz das transformações, estão se sujeitando ao capitalismo em decomposição. Essa formulação é de quem não compreende que a história tem seus refluxos profundos, não anda em linha reta. As revoluções socialistas do século XX assentaram uma base, e essa base permanece no programa, ela permanece nas conquistas e as experiências vão ser recuperadas pelo proletariado, reconstituindo suas direções.

Esse é o caminho. Não há outro. Inclusive são os próprios ideólogos da burguesia que mais fazem campanha no sentido de que o proletariado já não é o mesmo. Que morreu o marxismo, que morreu o socialismo, morreu o comunismo e que não tem mais volta, que foi coisa do passado, do século XX. Essa é uma campanha burguesa que procura evitar a recuperação do terreno perdido pela classe operária. A classe operária apenas perdeu terreno e nós vamos recuperar esse terreno lutando com o programa da revolução proletária. Aqueles que não admitem mais a revolução proletária têm de procurar explicações colaterais como essas de que não existe mais a classe operária como classe revolucionária, como Marx reconheceu e fundamentou este processo, do ponto de vista da consciência e do programa, no Manifesto do Partido Comunista.

O Manifesto do Partido Comunista tem toda atualidade, tirando as partes que são particularidades da época. Mas, as leis gerais da transformação do capitalismo em comunismo permanecem. E, ao contrário desse raciocínio de que já não existe mais esse “sujeito histórico” - inclusive a palavra “sujeito-histórico” é bem da academia - a burguesia e seus capachos tudo fazem para impedir a organização independente do proletariado. A classe operária é uma criação do capitalismo. Como capitalismo criou a burguesia, criou a classe operária e a classe operária só vai desaparecer quando desaparecer a burguesia. Isso só virá com as revoluções. Enquanto exista a burguesia explorando e acumulando mais-valia, mantendo sua ditadura de classe sobre a maioria explorada, criando os fascismos, criando as forças mais reacionárias, enquanto tiver essa possibilidade, estará em choque com a classe operária. A burguesia está em choque com a classe operária. Por isso que é uma falácia, é um engano daqueles que ficam assombrados com o tamanho da crise e da crise de direção revolucionária. Então o caminho é dizer assim: olha o capitalismo vai permanecer, as guerras virão e aí não tem muito o que fazer, porque a classe operária já não existe. Se não existe a classe operária que força social combaterá a burguesia e suas guerras? Seria a pequena burguesia,

a classe média! Se assim fosse, seria não um com um programa revolucionário. Seria com uma posição bastante conservadora e inclusive reacionária.

A pergunta dele é se a chamada emergência de um novo arranjo na geopolítica mundial denominado multipolaridade tem fundamento ou é mais uma retórica ideológica sem fundamento na realidade concreta?

Eu estou de acordo que é mais um uma retórica. Porque veja, o que é que está se passando em termos dos choques mundiais hoje é um fenômeno que se verifica na história, em vários momentos em que uma determinada potência começa a perder força e outras emergem. Os Estados Unidos já não podem cumprir o mesmo papel que teve logo após a Segunda Guerra Mundial, com o plano Marshall, com a criação da OTAN, com a edificação das próprias instituições que viriam centralizar o poder do imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial etc. Todo esse sistema foi constituído pelos Estados, que enfeixando um poder mundial fantástico. Agora, o capitalismo tem de estar sempre vinculado às forças produtivas, embora as contradições que assinalamos potencializam mais e mais o seu choque com as relações de produção. Mas, a burguesia necessita desenvolver as forças produtivas. E, onde se vai reconstituindo certas forças produtivas, a exemplo da China, a potência hegemônica, como os Estados Unidos, começa a ter o seu declínio. Vejam que a Inglaterra foi uma potência hegemônica e teve seu declínio, cedeu lugar aos Estados Unidos. Esse movimento histórico implicou duas guerras mundiais. Vejam que os Estados Unidos agora se vêm diante de um alinhamento que inclusive está usando até o termo Sul Global, ou então as novas organizações que vão surgindo. Antes se falava Terceiro Mundo, agora se fala do Brics. Então se tem essa movimentação das forças capitalistas, porque não estão


POR
 PARTIDO OPERÁRIO
 REVOLUCIONÁRIO

LANÇAMENTO

LIVRO



Adquira com um distribuidor do Jornal Massas ou entre em contato para saber mais

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS TRABALHADORES, ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA PODEM DERROTAR O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS UNIDOS E ALIADOS

paradas, estão em movimento de avanço ou recuo. A academia, os intelectuais, os analistas, criam certas conceituações como se existisse uma unipolaridade, com a hegemonia dos Estados Unidos e que, agora, com a queda da hegemonia, existiria uma multipolaridade, mas, sem dizer o que vai acontecer com essa multipolaridade, quando, na verdade, o que se verifica é que a divisão do mundo imposta na Segunda Guerra Mundial está esgotada, daí que os conflitos, as guerras emergem com esse caráter internacional, principalmente como no caso da Ucrânia. Por isso, devemos entender que se trata de alinhamentos das frações burguesas em meio à crise. Que alinhamentos são esses? Estão diante de nossos olhos o G7, do G20, o Brics etc. Há alinhamentos na ONU em relação à guerra na Faixa de Gaza e à guerra na Ucrânia. Esses alinhamentos são manifestações dessa crise de dominação burguesa que o imperialismo norte-americano impôs e que agora está em bancarrota. A chave do problema está em compreender que a classe operária tem que se reconstituir como força revolucionária mundial, essa que é a questão fundamental. Eu entendo dessa maneira

Como explicar que a crise do Capital seja produto das contradições do próprio capital e não da luta de classes. Eu vou colocar mais uma. Se o problema está só na crise de direção e significa que o proletariado está pronto e esperando essa crise de direção se resolver.

Eu não eu não afirmei que a crise se reduz a crise de direção. Não. Eu não fiz essa afirmação na minha exposição tanto é que uma parte toda da exposição foi para mostrar a contradição entre as relações de produção em choque com as forças produtivas e com as fronteiras nacionais, porque o capitalismo como sistema de acumulação de capital ele vai numa ascensão crescente de concentração de riqueza. Veja esse dado que 3.000 pessoas, olha imagina que 3.000 pessoas controlam hoje 12 trilhões de US\$ de toda a riqueza, o que significa 11,8% do PIB Mundial. É um processo de concentração monopolista do capital financeiro, e esse processo de concentração resulta na sua contradição, no empobrecimento das massas no crescente empobrecimento das massas e resulta também no aumento da opressão nacional, quer dizer a necessidade de saquear mais as nações oprimidas. Então é importante entender que as condições objetivas do capitalismo são condições não de desenvolvimento das forças produtivas, não do desenvolvimento de reformas progressivas do capitalismo, mas ao contrário é a de desintegração e de barbárie. Então essas são as condições objetivas e as guerras são sintomas da barbárie, da barbárie capitalista. Quando nos referimos à questão das armas nucleares o perigo de uma guerra hoje é o perigo de uma guerra bem diferente da Segunda Guerra Mundial. Seria uma guerra hoje nuclear se fosse mundial então vejam que aí estão os elementos objetivos da desintegração do capitalismo. Quanto ao proble-

ma da crise de direção, é que só tem uma classe que é capaz de dar uma resposta a esta desintegração do capitalismo que é o proletariado. Essa é a classe que é possível e foi ela que que essa classe que criou o seu partido criou o seu programa permitiu a primeira existir a primeira internacional a segunda internacional a terceira internacional a quarta internacional é o proletariado. É claro que o proletariado necessita sempre das alianças com setores da classe média ou da pequena burguesia empobrecida, com o campesinato empobrecido, tem toda essa problemática de classe de unidade da maioria oprimida para enfrentar a burguesia que é uma ultra minoria com um poder altamente concentrado então há que entender essas leis da história se não se entende essas leis da história vamos ficar perdidos. Por exemplo essa questão que acabamos de falar sobre essa polarização dessa multipolaridade etc. Esses são elementos que vão aparecendo para ocultar os aspectos objetivos da desintegração do capitalismo e o problema subjetivo que é ausência dos partidos revolucionários. Não é pouca coisa o fato do estalinismo ter traído a revolução. Não é pouca coisa o stalinismo que levou a restauração capitalista. Não é pouca coisa a destruição da URSS. Isso é uma derrota profunda e para reerguer o proletariado temos que reconstituir todo o conhecimento dessa história, dessa história que que não tem só os avanços, uma história que tem também os profundos retrocessos. Interessa muito a nós conhecermos os retrocessos porque conhecendo os retrocessos é que a vanguarda vai desenvolvendo seus quadros e vai se fortalecendo do ponto de vista do programa. Então, eu não disse, quero voltar aqui dizer que eu não disse que a crise se se limitasse à crise direção. Não existe uma relação entre o problema objetivo da desintegração do capitalismo e o problema subjetivo que é da inexistência de partidos revolucionários capazes de levantar uma nova internacional que seria a quarta. Foi isso que eu falei.

Pergunta: Como explicar que a crise do Capital seja produto das contradições do próprio capital e não da luta de classes?

Há uma relação que não se pode desconhecer: a acumulação de capital se faz sobre a base da exploração do trabalho. Marx expôs a teoria da mais-valia e é uma demonstração científica de como o capitalismo se tornou um sistema, um sistema acabado quando aperfeiçoou ao máximo a exploração da força de trabalho, que é parte das forças produtivas, bem como a tecnologia e a ciência fazem parte das forças produtivas. Então se vê que Marx vai mostrar como a burguesia necessita explorar a força de trabalho, porque não se pode substituir integralmente a força de trabalho pela tecnologia, pelas máquinas, mas se realização uma maior composição orgânica do capital. Agora veja, a tendência do capitalismo é sempre a aumentar a concentração de capital e isto leva a um choque entre as forças pro-

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

ativas com as relações de produção. Se não se entende essa lei, se não se baseia nessa lei, não se vai entender que a classe operária é parte desse problema, quer dizer, como classe explorada de onde se extrai a mais-valia, é a classe revolucionária porque compõe as forças produtivas. A classe operária é a força produtiva propulsora do sistema capitalista, e ela é justamente, a classe operária porque é explorada, ela não tem propriedade. Ela vende sua força de trabalho, por isso que a classe operária é parte da crise, porque ela constitui um fator essencial que é a força produtiva, que é a força de trabalho. A luta da classe operária para se defender começa pelas reivindicações mais elementares contra a superexploração do capitalismo. É por onde se ergue a luta de classes. É a base sobre a qual se transforma o instinto de revolta – contra a superexploração do trabalho, a pobreza, a miséria, ao desemprego etc. – em consciência de classe. O permite constituir a vanguarda revolucionária portadora do programa da transformação, que é um programa para que o proletariado tome o poder, exproprie a burguesia e transforme a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Esse é o destino da humanidade. A propriedade privada dos meios de produção capitalista vai se transformar em propriedade social e vai se desenvolver a sociedade sem classe quando chegar à sua fase mais elevada, que é o comunismo. Então não se desvincula a classe operária da burguesia, não tem como desvincular, são duas classes antagônicas em luta, em choque. Assim que deve ser analisado, entendido e organizado o partido revolucionário.

Pergunta: como avançar a luta de classes com a crise de direção? Qual é o papel das reivindicações elementares dos explorados diante do avanço da barbárie?

Existem inúmeras correntes de esquerda que se reivindicam do marxismo, se reivindicam inclusive do internacionalismo. Não é que a crise direção queira dizer que não exista nada. Existe uma vanguarda que procura expressar politicamente a classe operária. Ocorre que, entre essa vanguarda, grande parte das correntes se perderam quanto às tradições, quanto às conquistas programáticas que vêm desde a Revolução Russa, sem dizer da I Internacional. A crise que o estalinismo acabou instaurando e a liquidação da URSS levaram a uma grande desintegração. Vocês imaginam quantos partidos comunistas surgiram com a Revolução Russa em todo o mundo? Basta ver a história do surgimento do Partido Comunista no Brasil, como a Revolução Russa ajudou a vanguarda que era basicamente anarquista a se transformar em defensora do comunismo. Então, os fenômenos históricos têm de ser entendidos na sua dinâmica, no seu processo. Por isso, o que vivemos foi e continua a ser um grande retrocesso.

Mas o retrocesso não atingiu e não tem como atingir as conquistas programáticas, as conquistas teóricas de Marx, de Engels e dos grandes revolucionários que conceberam e edificaram o socialismo científico. O socialismo científico não tem

como ser derrubado justamente porque é uma resposta científica a um sistema social que tende a se esgotar e que já se esgotou. Está historicamente esgotado e deve ceder lugar a outro sistema que será o comunismo, assim como o sistema escravista deu lugar ao feudal e o feudal deu ao capitalismo. O capitalismo é último sistema de sociedade de classes, mas ele não vai ceder lugar ao comunismo pacificamente. Este caminho é um caminho de grandes confrontos de grandes lutas. A luta de classes é um motor das transformações. A burguesia, o imperialismo realizam as guerras e essas guerras são obscurantistas são guerras de dominação. E a luta de classes é o caminho das guerras de libertação, da transformação dessas guerras de dominação em guerras de libertação, portanto, pela via revolucionária. Então, todo o fundamento das transformações do capitalismo em socialismo e a sua transição para o comunismo está estabelecido na forma científica, na forma do programa.

O problema está em que é preciso formar quadros, é preciso retomar essas bases todas da ciência marxista. As correntes de esquerda têm abandonado essa tarefa porque estão sob a pressão do reformismo, não estão sob a pressão do próprio atraso da própria classe. O atraso da classe operária exerce pressão sobre a vanguarda, mas não é o fator determinante. Veja que a burocratização dos sindicatos, acho que nem na época dos pelegos, que era da década de 50 de 60 - aquele peleguismo tinha certos traços nacionais – se tinha um bloqueio tão poderoso sobre o proletariado. Hoje, temos uma burocracia que em parte é uma criação do imperialismo. Nós temos uma burocracia sindical muito vinculada à dominação imperialista do país. Então, há uma camisa de força cercando a classe operária para que ela não se emancipe e a tarefa da vanguarda marxista consciente, marxista, é reconstituir o programa da revolução, não tem outro caminho ali. Agora, vem a importância da segunda pergunta. Claro que como se vai reconstruir esse caminho passa pelas lutas mais elementares que desencadeiam as greves, ocupações, bloqueios e manifestações. Evidentemente a classe operária tem seus instintos de revolta que se traduzem nos métodos da luta de classes. Existem revoltas constantes da classe operária em todo o mundo. Alguém perguntou sobre a França, pois os trabalhadores da França se rebelaram contra as reformas da Previdência, não é? E a classe operária é supercontrolada nos Estados Unidos. É supercontrolada, mas a crise vai afetando as massas trabalhadoras que têm de se movimentar. A classe operária se movimenta por instinto de defesa e esse instinto de defesa se transforma em consciência se tiver a vanguarda intervindo na luta de classes com paciência, defendendo suas reivindicações desde as mais elementares. Bandeiras como o salário-mínimo vital, defesa do emprego a todos e fim da terceirização bastam para iniciar uma contraposição à bruta exploração capitalista. São reivindicações que estão em choque com a burguesia, inclusive com o governo Lula que é um governo burguês e que está ajudando a implantar as contrarreformas. Por isso que o trabalho de formar a vanguarda revolucionária é um trabalho programático. Essa é a essência da questão da superação da crise de direção.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos *Escritos de Trotsky*. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo I, vol. 4. No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jor-*

nal Massas 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934. No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas* 716, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de

fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”. No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacaremos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936.

O caráter de classe do Estado soviético

O breve texto “O caráter de classe do Estado soviético” está na forma de uma carta que responde a um posicionamento de Hugo Uhrbans, fundador do Partido Leninbund, depois de ter sido expulso do Partido Comunista Alemão, em 1928. Trotsky analisa e refuta a sua tese de que “o sistema soviético imperante poderia dar lugar a um ‘terceiro’ tipo de sociedade, nem capitalista, nem socialista”. Seria um tipo de ‘capitalismo de Estado’, “identifica o sistema soviético com o capitalismo fascista regimentado”. Trotsky contesta essa tese de Uhrbans: “Esquece uma diferença muito sutil – o fascismo encerra as forças produtivas altamente desenvolvidas dentro dos limites do Estado nacional e freia seu desenvolvimento posterior. O sistema soviético, inclusive em sua forma atual, impulsiona as forças produtivas a um ritmo de desenvolvimento jamais alcançado anteriormente”.

A carta objetiva mostrar ao seu destinatário que seria um erro compartilhar dessa ideia de Uhrbans. O pressuposto de que “a burocracia soviética, ao desenvolver-se, poderia assumir as formas de propriedade aos seus próprios interesses, ao ponto de se tornar uma nova classe dominante”, não corresponde à realidade. Trotsky explica: “A burguesia reduziu as formas de propriedade à sua expressão mais descarnada. A revolução proletária nacionalizou a propriedade capitalista. Surge a pergunta: pode essa nacionalização degenerar-se até transformar-se em uma ficção onde a verdadeira propriedade, sob tal ou qual forma, volte à nova classe dominante que surja da burocracia?” A resposta a essa pergunta é taxativa: “A propriedade nacionalizada se mantém ou se derruba junto com a economia planificada. Portanto, não se trata de uma ficção, mas de uma poderosa realidade”. Continua: “Se falamos de um ‘terceiro’ sistema, devemos determinar se se trata dos novos direitos adquiridos pela burocracia sobre uma parcela cada vez maior do ingresso nacional – o que equivale ao direito ao parasitismo – ou se se trata da liquidação virtual da economia planificada. Somente a segunda hipótese constituiria uma nova base social. essa formulação corresponde a uma tese fundamental para se compreender o processo de restauração capitalista e a derrocada das conquistas da Revolução de Outubro. Trata-se do vínculo entre a propriedade nacio-

nalizada e a economia planificada”. Essa tese passa a ser desenvolvida: “Devemos compreender claramente que a abolição da economia planificada, e com isso, da nacionalização das forças produtivas, provocará sua inexorável e automática paralisação e desintegração. Neste caso, já não teríamos um sistema progressivo, senão um sistema em decomposição que desembocaria inevitavelmente no capitalismo fascista. Possivelmente um processo tão rico em possibilidades geraria algo original. Mas a essência da questão praticamente não se modificaria”. No caso de “o progresso econômico conferir uma grande fonte de poder à burocracia” em determinado momento “o próprio progresso atuará contra a autocracia e o parasitismo”.

É nos marcos dessa avaliação histórica que Trotsky formula o caráter da revolução que derrubaria a casta burocrática parasitária. Refere-se nos termos de probabilidade: “provavelmente uma nova revolução, que não será uma revolução social, mas política”. Seria uma revolução política porque se baseia na propriedade já estabelecida. Trotsky recorre às experiências das revoluções burguesas. Considerando que se tratava de um problema novo, uma vez que a revolução política era concebida no terreno de um Estado operário, se mostra cauteloso. Eis: “Seja como for, os prognósticos teóricos de Marx e Lênin não previram a possibilidade de revoluções políticas sobre a base da propriedade nacionalizada pelo proletariado. Mas tampouco previram a degeneração bonapartista da ditadura proletária. Ambas coisas pertencem a essas etapas, formas transitórias etc., que a história produz com tanta abundância. As leis gerais da transição do capitalismo ao socialismo, como tal estabelecido pelo marxismo, não perde sua força em virtude desses ‘episódios’.”

Nos *Escritos de Trotsky* até aqui estudados e expostos, pela primeira vez nos deparamos com a formulação que distingue a revolução política da revolução social, evidentemente sem opô-las. A revolução que se colocava nas condições em que a burocracia soviética conservava a propriedade nacionalizada e a economia planificada somente poderia ser uma revolução política.

A nova Constituição da URSS

Quando Trotsky escreveu o documento crítico sobre a reforma constitucional de Stalin, tratava-se ainda da discussão. Refere-se a “declarações de Stalin, Molotov e companhia”, que afirmavam que a nova Constituição seria “a mais democrática do mundo”. A crítica de Trotsky é dirigida principalmente ao conteúdo democrático-burguês e ao objetivo de amparar a burocratização e o regime autoritário

bonapartista. Os reformadores da Constituição ocultam esses dois aspectos com a propaganda de que se estaria adaptando-a a um novo momento por que passava a URSS: o socialismo já se encontrava em estado avançado de construção e se havia extinto as classes.

Referindo-se a isso, Trotsky formula a crítica: “O pior de tudo é que nem as entrevistas, nem os comentários, permitem apreender

qual será o caráter social do Estado para o qual se prepara a nova Constituição. Anteriormente, a posição oficial era que o sistema soviético é a expressão da ditadura do proletariado. Mas se se extinguiram as classes, devido a esse mesmo fato, se extinguiu a base social da ditadura do proletariado. Sendo assim, quem é seu portador de agora em diante? Evidentemente, a população em seu conjunto. Mas quando a população, emancipada das contradições de classe, se torna a portadora da ditadura, isso só pode significar que a ditadura se dissolve na sociedade socialista e, portanto, que se extingue o Estado. A lógica marxista é invulnerável. Uma vez que se liquida o Estado, se inicia com a liquidação da burocracia. Por acaso a nova Constituição implica, ao menos, a liquidação da GPU? Se algum habitante da URSS expressasse essa ideia, a GPU não tardaria em encontrar argumentos convincentes para refutá-la". Essa explicação se aplica também ao partido responsável pela direção do Estado operário. Em particular, no que diz respeito à burocracia soviética é preciso reconhecê-la como "uma categoria social, não técnica". Assim era obrigatório assinalar a natureza particular da burocracia soviética: "Toda burocracia se origina e se baseia no caráter heterogêneo da sociedade, no antagonismo de interesses e na luta interna. Regula os antagonismos sociais em benefício das classes e camadas privilegiadas e, para isso, extrai um tributo enorme dos trabalhadores. Apesar da grande revolução no terreno das relações de propriedade, essa é a função que cumpre, com cinismo e não sem êxito, a burocracia soviética". Com tal crítica, Trotsky expõe até onde chegou o revisionismo estalinista do marxismo-leninismo.

A Quarta Internacional e a União Soviética

Esse documento encerra o Tomo VII, vol. 2. Responde à resolução do Sétimo Congresso Mundial da Terceira Internacional. Foi escrito pouco mais de dois meses após a crítica à reforma constitucional de Stalin. O ponto de partida é o mesmo que questiona a afirmação estalinista de que o socialismo havia triunfado "definitiva e irrevogavelmente na URSS". Está vinculada à tese da possibilidade de construir o socialismo em um só país. O revisionismo estalinista fazia uma confusão entre a propriedade estatal e o socialismo. O fato de se ter assegurado a vigência e o desenvolvimento da economia baseada na propriedade estatal não autorizava a conclusão de que o socialismo estaria em grande medida constituído na URSS.

Trotsky reconhece a importância do desenvolvimento econômico alcançado sob o Estado operário, ainda que sensivelmente burocratizado. Havia de esclarecer no entanto que "a propriedade estatal ainda não é socialismo, porque a premissa deste é a extinção do Estado como guardião da propriedade, da diminuição da desigualdade e do desaparecimento gradual do conceito de propriedade, inclusive na moral e nos costumes da sociedade". Justamente porque a transição da propriedade estatal ao socialismo se mantinha é que "poderia retornar-se ao capitalismo".

O documento é constituído na forma de teses de caráter programático. No ponto 7, Trotsky formula a relação entre a economia estatizada e a economia planificada. Eis: "O abismo histórico, aberto pela Revolução de Outubro, separa a economia planificada estatal soviética da estatização capitalista, isto é, a intervenção do Estado para salvar a propriedade privada e 'regular' o sistema econômico premido, freando o desenvolvimento das forças produtivas e rebaixando o nível de vida do povo (...) A vitória da burocracia bonapartista da URSS sobre a vanguarda proletária não equivale de nenhuma maneira à vitória da contrarrevolução capitalista ainda que é certo que lhe abre caminho". Esse era o momento em que se despontava o processo de restauração capitalista.

No ponto 10, a questão é tratada mais detidamente, considerando "distintas vias possíveis para a restauração do sistema burguês. O incentivo ao estabelecimento e enraizamento da "família pequeno-burguesa e sua estreita economia privada" era um de seus sinais. Eis por que surgia o "problema do direito à herança". Assim se coloca: "(...) O direito à herança conduz a maior extensão dos limites da propriedade privada. Esta é uma das possíveis vias da restauração do capitalismo".

Trotsky retoma a crítica marxista à nova Constituição nos pontos

11, 12, 13, 14 e 15. Destacamos as seguintes passagens: "A nova constituição coloca, oficial e publicamente, todo o poder e o controle de todos os aspectos da vida econômica e cultural nas mãos do 'partido' estalinista, independentemente tanto do povo quanto de seus filiados, o que representa a máquina política da casta dominante". (...) "Na realidade, a nova Constituição sanciona a ditadura dos extratos privilegiados da sociedade soviética sobre as massas produtoras. Dessa maneira, a burocracia elimina a possibilidade de extinção pacífica do Estado e cria as vias 'legais' para a contrarrevolução econômica, isto é, a restauração do capitalismo mediante um 'golpe branco'". (...) "O caráter aristocrático e absolutista da nova Constituição se expressa com maior clareza na nova cruzada anunciada no mesmo dia de sua publicação: a cruzada pelo 'exterminio dos inimigos do povo, dos ratos e vermes trotskistas'". (...) "A luta contra a burocracia se converte necessariamente em uma luta revolucionária (...) Somente se pode esmagar a burocracia mediante a mobilização das massas, conscientes de seu objetivo, contra os usurpadores, parasitas e opressores" (...) "Se o retorno da URSS ao capitalismo requer uma contrarrevolução social – eliminação da propriedade estatal dos meios de produção e da terra e restauração da propriedade privada –, o desenvolvimento futuro do socialismo requer inexoravelmente uma revolução política, isto é, a derrocada violenta do regime político da burocracia degenerada, assim como a preservação das relações de propriedade instauradas pela Revolução de Outubro".

Eis a passagem conclusiva da crítica à nova Constituição da URSS: "É uma mentira infame afirmar que já se realizou o socialismo na URSS. O florescimento do burocratismo é a prova bárbara de que o socialismo ainda está muito longe. Enquanto a produtividade do trabalho na URSS seja inferior à dos países capitalistas adiantados, enquanto o povo continuar sofrendo a escassez, enquanto prosseguir a luta cruel pelos artigos de consumo, enquanto a burocracia individualista poder aproveitar dos antagonismos sociais impunemente, o perigo da restauração burguesa continuará se colocando com toda sua força". Trotsky conclui: "O Estado burocraticamente degenerado se tornou o principal perigo para o futuro socialista. Somente se poderá reduzir a desigualdade a seus limites economicamente inevitáveis na etapa dada e abrir o caminho para a igualdade socialista, mediante o controle político ativo exercido pelos trabalhadores e sua vanguarda. A regeneração do Partido Bolchevique, em oposição aos dos bonapartistas, é a chave para solucionar todas as dificuldades e tarefas". O guia estratégico do combate à degeneração estalinista do Estado operário e ao curso restauracionista aberto é o da revolução mundial.

No ponto 16, Trotsky retoma a formulação sobre a posição proletária diante da guerra imperialista que se avizinhava. Eis: "A vanguarda proletária do mundo inteiro apoiará a URSS na guerra, apesar da burocracia parasitária e do rei sem coroa que domina o Kremlin, porque o regime social da URSS, apesar de suas deformações e úlceras, representa um gigantesco avanço histórico em comparação com o capitalismo putrefato (...) No entanto, o apoio firme e intrépido da vanguarda proletária mundial a URSS em guerra não significa que o proletariado deva aliar-se com os aliados imperialistas da URSS".

Esse documento, composto de 18 teses, norteará o movimento pela construção da IV Internacional. Destacamos nesta apresentação as formulações de Trotsky sobre a burocratização do Estado operário e a manifestação das tendências restauracionistas a conclusão sobre a revolução política e suas tarefas.

(As citações foram extraídas da obra *Escritos, de Trotsky, Tomo VII, vol. 2, Editorial Pluma*)

35 anos da fundação do Partido Operário Revolucionário no Brasil

Neste mês de julho de 2024, o POR completa 35 anos de construção do partido-programa. Esse esforço pode ser visto na sua extensa quantidade de publicações (folhetos, revistas, jornais e livros). Trata-se do esforço militante, por um lado, de assimilar as experiências históricas da classe operária e do conjunto das formulações marxistas-leninistas-trotskistas e aplicá-las na luta de classes, no movimento de massas, e, de outro, transformar em teoria as experiências advindas da intervenção na realidade.

Abaixo apresentamos alguns dos livros publicados pelo partido, aos quais devem ser adicionados: 20 anos construindo o partido-programa; 100 anos da Revolução Russa; Lições da Comuna de Paris; e o recém-lançado Internacionalismo Proletário. No conjunto dessas publicações, a vanguarda com consciência de classe encontrará a luta empenhada de um partido vivo, que se orienta pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Viva o Partido Operário Revolucionário!

PROGRAMA DO POR



O Programa do POR foi aprovado no seu XII Congresso, realizado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014. Em 1993, o III Congresso estabeleceu as suas bases programáticas. (...) O Programa se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária.

PALESTINA



"O marxismo-leninismo-trotskismo nunca desprezou a chamada questão judaica e esteve à frente dos combates contra a reação antisemita, mas a assumiu como uma tarefa da revolução socialista. A caracterização de que o sionismo expressava o nacionalismo reacionário está plenamente confirmada. A criação do Estado judaico não poderia ter outra feição senão a do colonialismo em plena época de desintegração do capitalismo. Para se sustentar, foi edificado como um Estado racial-militarista. Será destruído pela revolução proletária.

4 de setembro de 2014"

GUERRA NA UCRÂNIA



"Este livro foi concluído quando a guerra na Ucrânia completou oito meses. Tudo indica que se prolongará por muito tempo. O que significa que ficará incompleto. Mas, decidimos pela sua publicação, uma vez que as posições programáticas e as respostas a cada aspecto fundamental da guerra estão em grande medida estabelecidas. (...) Este livro, como se pode constatar, é uma arma programática, política e ideológica da classe operária contra a guerra, que serve aos interesses dos capitalistas; e a favor da guerra revolucionária de libertação, para destruir o capitalismo e construir a sociedade sem classes – o comunismo."

PANDEMIA



"O POR se opôs, desde as primeiras horas, à política burguesa do isolamento social. Caracterizou-o como um instrumento do poder político e econômico do exploradores. Indicou que não protegeria os pobres e miseráveis, e que descarregaria a crise sobre os ombros da maioria oprimida. Defendeu que os sindicatos e centrais se colocassem para responder prontamente à crise pandêmica e econômica com um plano de emergência e métodos próprios da luta de classes."

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



"Em setembro de 1938, portanto, às vésperas da eclosão da guerra imperialista, erguia-se um pilar do internacionalismo proletário. Trotsky, que encabeçou o combate à implantação do nacionalismo estalinista, encaminhou toda a lição deixada por Lênin, em sua luta contra a destruição da II Internacional e pela fundação da III Internacional. (...) A vanguarda encontrará, aqui, um rico trajeto de nossa luta pelo Partido Mundial da Revolução Socialista."

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL



"Este livro forma uma trilogia com os dois anteriores – 'Ascenso e Queda do PT' e 'As Esquerdas no Brasil'. Cobre os acontecimentos posteriores ao impeachment de Dilma Rousseff. Em fevereiro de 2017, vimos a necessidade de caracterizar com precisão o governo Temer, até então denominado apenas de governo golpista. (...) O golpe institucional, no Brasil, esteve rigorosamente determinado pela necessidade da burguesia nacional e do imperialismo de implantar as reformas antinacionais e antipopulares."

SOCIALISMO OU BARBÁRIE



"A decisão de publicar este livro se deve a necessidades programáticas. As análises e respostas estratégicas aos grande problemas da luta de classes nacional e internacional fundamentam, comprovam e enriquecem o programa da revolução proletária. (...) O vasto trabalho de formulação materializada nesta edição é fruto da militância e da elaboração coletivas. Está aí por que não nos preocupamos em indicar os autores."

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES



"Este livro, em sua essência, condensa a luta do marxismo por responder às opressões com a política e o programa do proletariado. Está aí por que o leitor se deparará com as críticas às posições que contrariam os fundamentos marxistas sobre a opressão social. Este livro é um esforço a mais para superar a crise de direção mundial e nacional, construindo o Partido Operário Revolucionário, como parte da reconstrução da IV Internacional."

AS ESQUERDAS DO BRASIL



"Este livro, o quarto da sequência, reúne textos que datam desde 1988. Distinguem-se pela particularidade de tratar a luta em defesa do programa, dos fundamentos marxistas, da política de independência de classe do proletariado e da concepção leninista do partido. Foram redigidos em situações concretas em que as correntes de esquerda se viram obrigadas a expor aspectos de sua fisionomia partidária."

ASCENSO E QUEDA DO PT



"Este livro, apesar de incompleto, contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxistas-leninistas-trotskista em torno da formação do partido revolucionário. O livro 'Ascensão e queda do PT' é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.

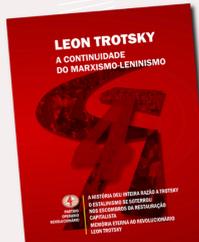
23 de junho de 2016"

LÊNIN ESTRATEGISTA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA



"Publicamos este livro, quando a Revolução Russa cumpre 104 anos. O enorme retrocesso causado pelo revisionismo estalinista do leninismo, pelo processo de restauração capitalista e pela desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas exige da vanguarda com consciência de classe assimilar e praticar os ensinamentos de Lênin. (...) A tarefa de construir o partido revolucionário e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista exige a compreensão e a aplicação do marxismo-leninismo."

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



"Este livro expõe a brutal e sangüinária choque histórico entre Stalin e Trotsky; ou, mais precisamente, entre o estalinismo e o marxismo-leninismo. (...) A mais grandiosa falsificação foi a tentativa do triunvirato estalinista, que reuniu Stalin, Kamenev e Zinoviev, de se passar por continuador do leninismo, e decretar o trotskismo como a fração que rompia com o leninismo e revivia o menchevismo. A montanha de mentiras, difamações e calúnias contra Trotsky e a Oposição de Esquerda decorreu dessa gigantesca falsificação histórica. Apoiando-se nessa matéria, a burocracia estalinista foi às últimas consequências, valendo-se dos métodos policiais e judiciais, típicos do Estado burguês."

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

